

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
Relatório de Gestão do Exercício de 2010

**Março/2010**



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
Relatório de Gestão do Exercício de 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

Brasília, março de 2011



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial  
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
APEX – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos.  
APL – Arranjos Produtivos Locais  
ATS – Agenda Tecnológica Setorial  
BACEN – Banco Central do Brasil  
BIM – *Building Information Modelling*  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Industrial  
CBC&VB – Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux  
CGRL – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos  
CNAE – Cadastro Nacional de Atividade Econômica.  
COP 15 – Conferência das Partes das Nações Unidas  
CPROD – Consulta de Processos e Documentos  
DOU – Diário Oficial da União  
FAB – Força Aérea Brasileira  
FONSEIC – Fórum Nacional de Secretários de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
GTApI- Grupo de Trabalho de Arranjos Produtivos Locais  
HPPC – Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos  
IBCT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia  
IEL – Instituto Euvaldo Lodi  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia  
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.  
MF – Ministério da Fazenda  
MPes – Micro e Pequenas Empresas.  
MPU – Ministério Público da União.  
MRE – Ministério das Relações Exteriores  
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento  
PAC – Programa de Aceleração  
PACTI – Plano de Ação para Ciência e Tecnologia e Inovação  
PBD – Programa Brasileiro Design  
PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo  
PEIEX – Projeto Extensão Industrial Exportadora  
PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos  
PPA- Planejamento Plurianual  
PPB – Processo Produtivo Básico  
PSI – Programa Sustentação do Investimento  
RAP – Restos a Pagar  
RENAI – Rede Nacional de Informação sobre Investimentos  
Retaero – Regime Especial para Indústria Aeronáutica Brasileira  
RFB – Receita Federal do Brasil.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

SCS – Secretaria de Comércio e Serviços.  
SDP – Secretaria do Desenvolvimento da Produção  
SE – Secretaria Executiva  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.  
SECEX- Secretaria de Comércio Exterior  
SETDE – Serviço de Treinamento e Desenvolvimento  
SGT 7 – Subgrupo de Trabalho 7 – Indústria  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.  
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais.  
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse.  
SIGPlan – Sistema de Gestão de Planejamento  
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo federal.  
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão  
STI – Secretaria de Tecnologia da Informação  
TCU – Tribunal de Contas da União.  
TI – Tecnologia da Informação.  
UGO – Unidade Gestora Orçamentária  
UGR – Unidade Gestora Responsável  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UO – Unidade Orçamentária



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.**

Quadros

A.1.1 - Identificação da SDP – Relatório de Gestão Individual .....	21
A.2.1 - Demonstrativo da Execução do Programa 0812 .....	26
A.2.1.1 - Execução Orçamentária – Ação 2272 .....	28
A.2.1.2 - Execução Orçamentária – Ação 2505 .....	28
A.2.1.3 - Execução Orçamentária – Ação 2768 .....	28
A.2.1.4 – Execução Orçamentária – Ação 8922 .....	28
A.2.1.5 – Execução Orçamentária – Ação 2374 .....	29
A.2.1.5.1 - Execução Física e Financeira – Ação 2374 .....	29
A.2.1.6 – Execução Orçamentária – Ação 2B14 .....	37
A.2.1.6.1 – Execução Física e Financeira – Ação 2B14 .....	37
A.2.1.7 – Execução Orçamentária – Ação 6659 .....	38
A.2.1.7.1 – Execução Física e Financeira – Ação 6659 .....	38
A.2.1.8 – Execução Orçamentária – Ação 2692 .....	39
A.2.1.8.1 – Execução Física e Financeira – Ação 2692 .....	39
A.2.1.8.2 – Principais Resultados – Ação 2692 .....	39
A.2.1.9 – Execução Orçamentária – Ação 6672 .....	39
A.2.1.9.1 – Execução Física e Financeira – Ação 6672 .....	40
A.2.1.9.2 – Análise Crítica – Ação 6672 .....	40
A.2.2.1 - Execução Física das Ações .....	42
A.2.3 - Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da SDP ...	44
A.2.4 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos originários da SDP.....	45
A.2.5 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da SDP .....	46
A.4 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores .....	50
A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos da SDP .....	52
A.5.1.2 – Metodologia Utilizada .....	54
A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos da SDP .....	55
A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos da SDP, por escolaridade...	56
A.5.6 – Composição do Quadro de Estagiários .....	57
A.5.8 Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância .....	58
A.5.9 Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra .....	59



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

A.5.10 Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra .....	61
A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência .....	63
A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios ..	68
A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes .....	68
A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse .....	69
A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse .....	70
A.7.1 - Estrutura de Controles Internos da SDP .....	71
A.10.1– Gestão ambiental e licitações sustentáveis .....	73
A.12.1 - Gestão de TI da UJ .....	74
A 14.1- Renúncias Tributárias sob gestão da UJ .....	75
A 14.2- Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida .....	76
A 14.4- Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas .....	76
A 14.6- Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas .....	77
<u>Declarações</u> .....	78
11.9 Declaração do Gestor (Renúncia Tributária) .....	78
Declaração emitida pela CGRH atestando informações referentes à contratos e convênios ou outros instrumentos .....	80
Declaração sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993 emitida pela CGRH .....	81
Declaração emitida pela CGRL atestando informações referentes à contratos e convênios ou outros instrumentos .....	82
Declaração do Contador .....	83
<u>Figuras</u> .....	9
1- Organograma Funcional da SDP .....	9
<u>Gráficos</u> .....	15
Gráfico 1 - Índice de Crescimento da Produção Física da Indústria .....	15
Gráfico 2 - Produção Física da Indústria .....	15
Gráfico 3 - Taxa de Variação Real Anual do PIB e da FBCF .....	15
Gráfico 4 - Evolução da Balança Comercial Brasileira .....	15
Gráfico 5 - Estoque Anual de Empregos e Empregos Gerados na Indústria .....	16
Gráfico 6 - Desembolso do Sistema BNDES - Indústria de Transformação .....	16



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**SUMÁRIO**

	Organograma Funcional da SDP	9
	Introdução	14
1.	Identificação	21
2.	Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da SDP	22
2.1	Responsabilidades Institucionais da SDP	22
2.2	Estratégia de atuação da SDP na execução das políticas públicas	23
2.3	Programas de Governo sob a responsabilidade da SDP	26
2.3.1	Execução dos Programas de Governo dos Programas de Governo sob a responsabilidade da SDP	26
2.3.2	Execução Física das Ações realizadas pela SDP	42
2.4	Desempenho Orçamentário/Financeiro	44
2.4.1	Programação Orçamentária da Despesa.	44
2.4.1.1	Programação das Despesas Correntes	44
2.4.1.2	Programação das Despesas de Capital	44
2.4.1.3	Quadro Resumo da Programação da Despesa	44
2.4.1.4	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	44
2.4.2	Execução Orçamentária da Despesa	44
2.4.2.1	Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	44
2.4.2.1.1	Despesas por Modalidade de Contratação	44
2.4.2.1.2	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	45
2.4.2.1.3	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	46
2.4.2.2	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela SDP por Movimentação	48
2.4.3	Indicadores Institucionais	49
3.1	Informações sobre o reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos	49



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

4.1	Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios anteriores.	50
4.2	Análise Crítica	50
5.1	Composição do Quadro de Servidores Ativos	52
5.2	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	57
5.3	Composição do Quadro de Estagiários	57
5.4	Quadro de Custos de Recursos Humanos	58
5.5	Contratação de prestação de serviços com locação de mão de obra	58
5.6	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	62
6.1	Transferências efetuadas no exercício	63
6.1.1	Relação de transferências vigentes no exercício de 2010	63
6.1.2	Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	68
6.1.3	Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes	68
6.1.4	Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse	69
6.1.5	Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse	70
7.1	Estrutura de Controles Internos da SDP	71
8.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	73
9.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	74
10.1	Gestão de Tecnologia da Informação(TI)	74
11.1	Renúncias Tributárias sob a Gestão da SDP	75
11.2	Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida	76
11.3	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia Tributária – Pessoa Física e Jurídica	76
11.4	Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoa Física e Jurídica	77





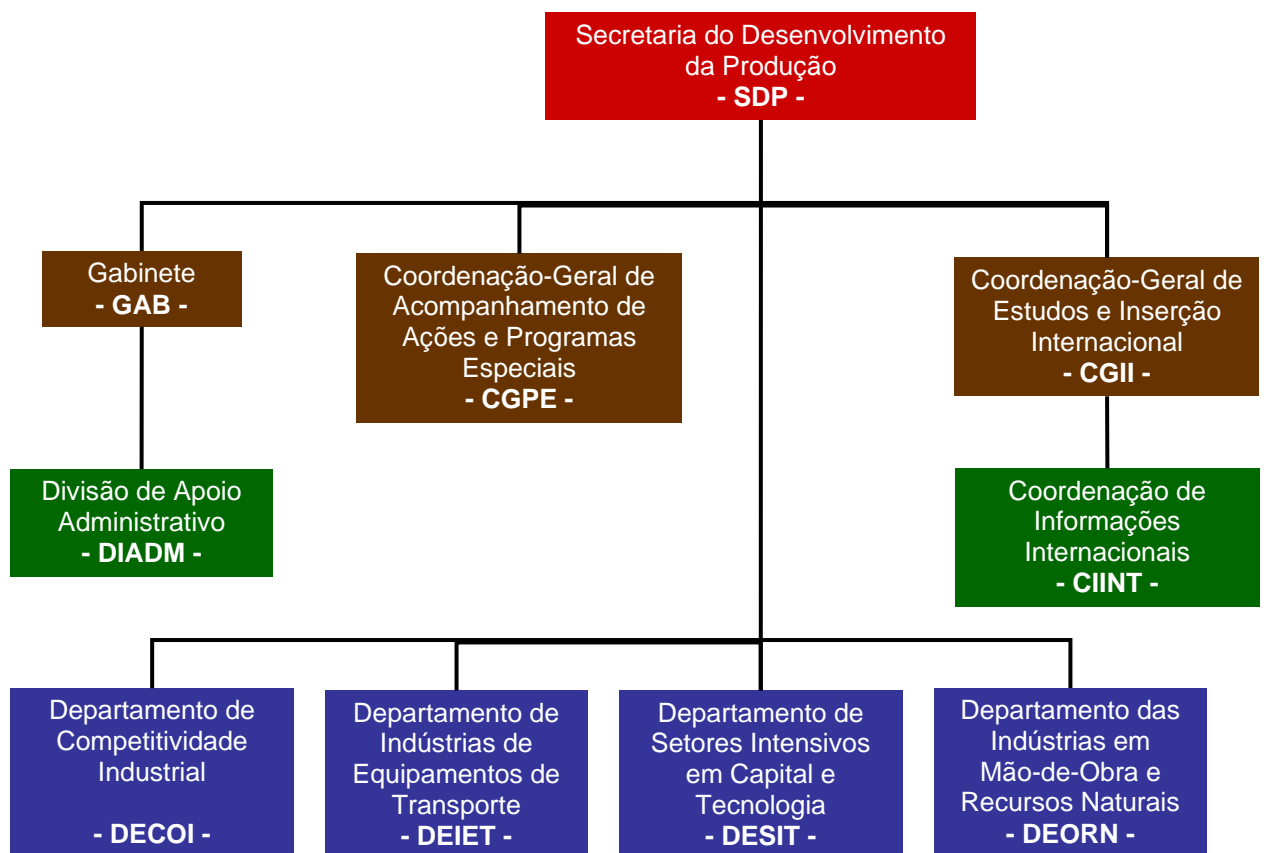
**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

11.5	Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária	77
11.6	Prestação de Contas de Receita Tributária	77
11.7	Comunicações à RFB	77
11.8	Indicadores de Gestão da Renúncia de Receita	77
11.10	Fiscalizações Realizadas pela RFB	79
12.1	Deliberações do TCU atendidas no exercício	79
12.2	Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	79
12.3	Recomendações do OCI atendidas no exercício	79
12.4	Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	79
13	Informações sobre a utilização de cartões de crédito de pagamento do governo federal	79
	Anexos	80



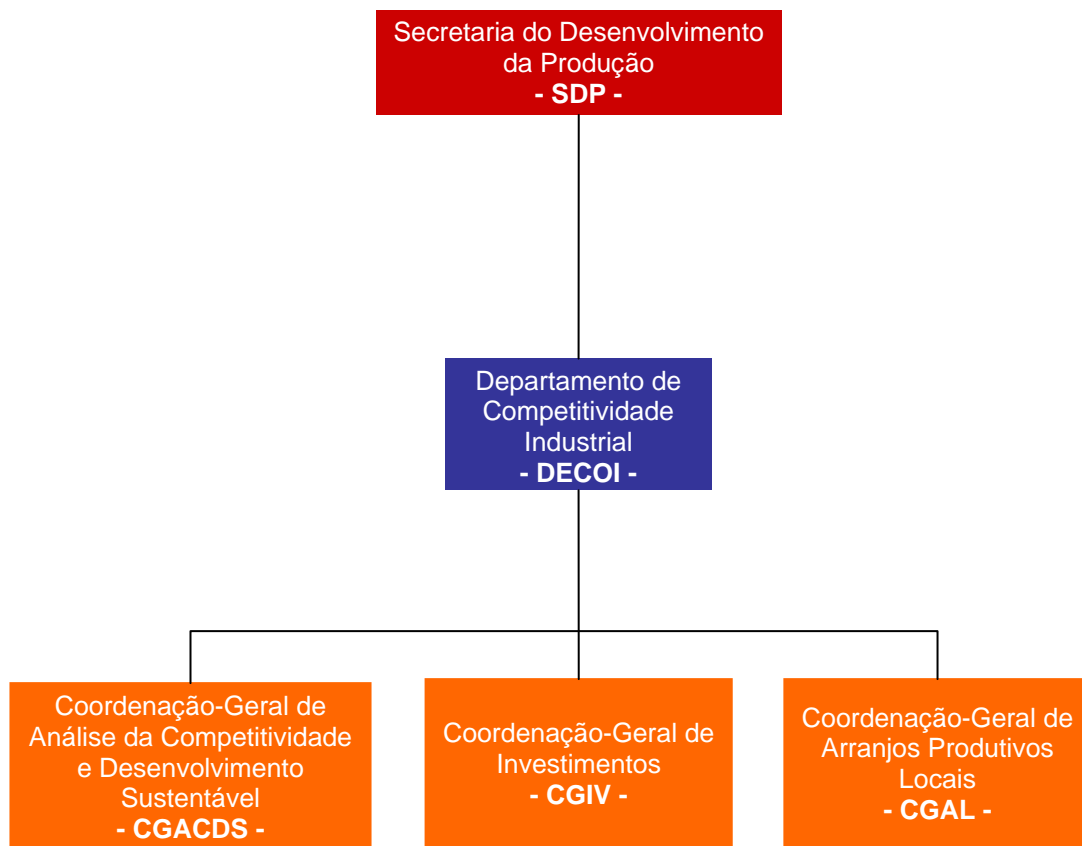
**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**ORGANOGRAMA FUNCIONAL**



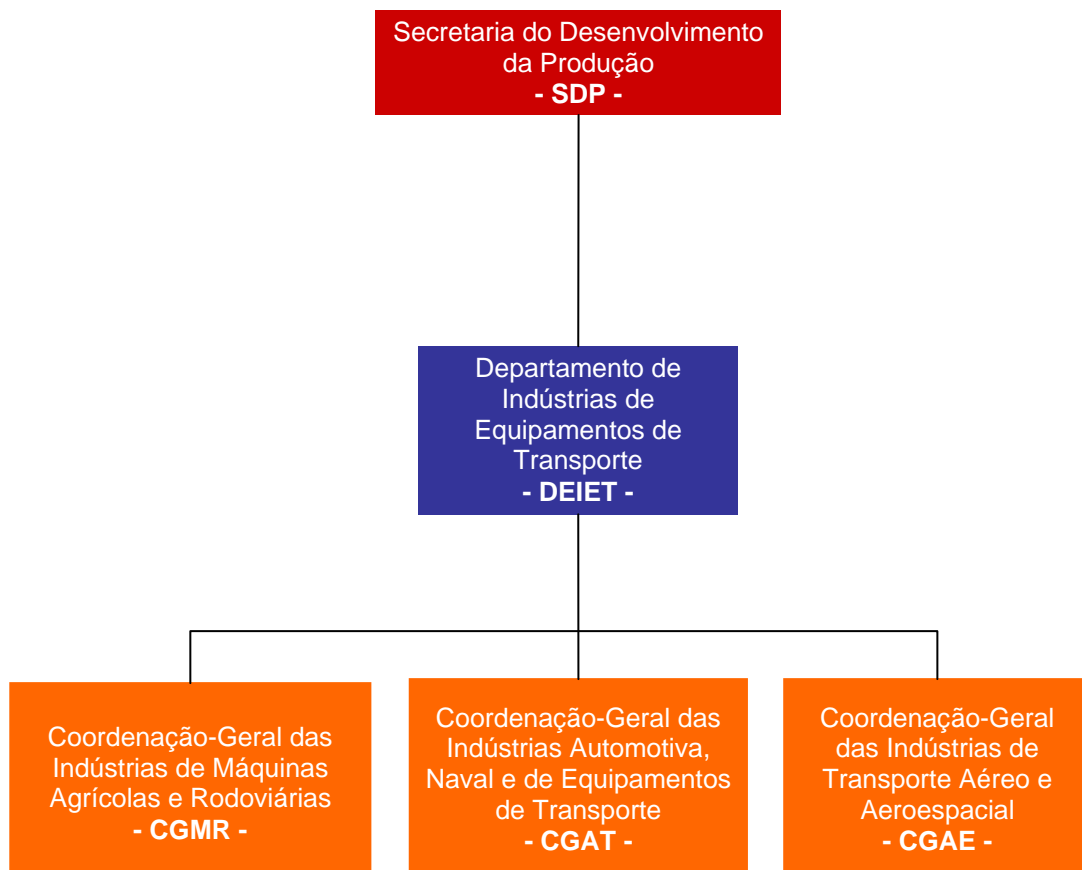


**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**



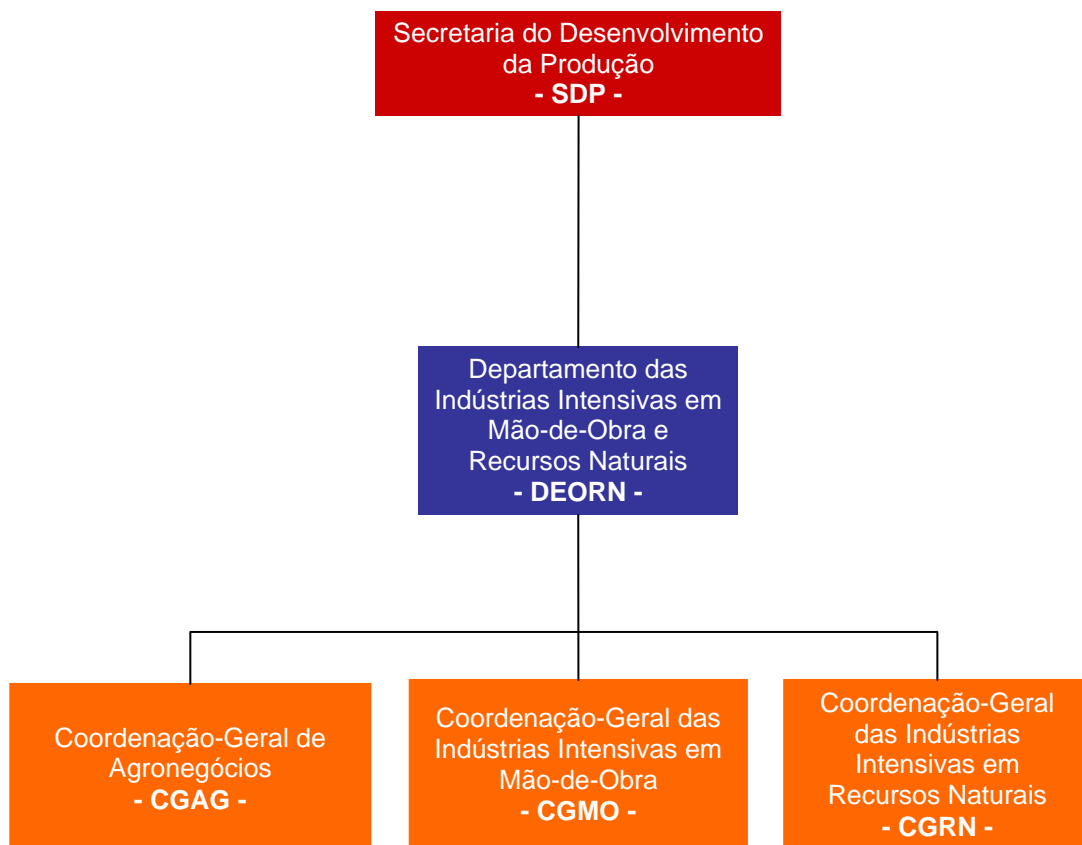


**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**



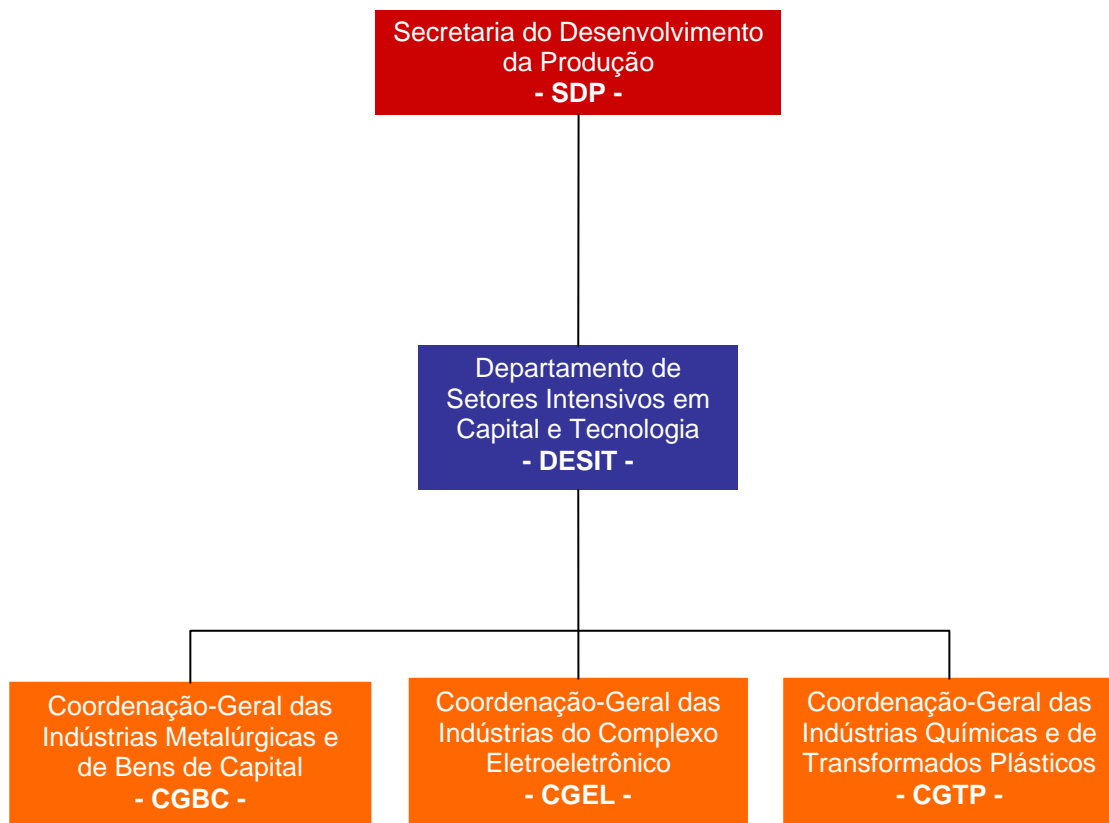


**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**





**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**





## **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

### **INTRODUÇÃO**

As ações da Secretaria do Desenvolvimento da Produção- SDP para o desenvolvimento industrial tem se dado, notadamente, por intermédio da Política do Desenvolvimento Produtivo - PDP, desde o seu lançamento, em maio de 2008.

A PDP constitui-se em um instrumento de promoção da competitividade, tendo como objetivos principais, promover a competitividade de longo prazo e consolidar a confiança na capacidade de crescimento da economia do País, integrar os instrumentos de políticas existentes, fortalecer a coordenação entre instituições do governo e aprofundar a articulação com o setor produtivo privado. A Coordenação Geral da PDP foi atribuída ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a função de Secretaria-Executiva à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social(BNDES) e ao Ministério da Fazenda (MF).

A Política está estruturada com 34 programas de ação, 22 dos quais para sistemas produtivos voltados à consolidação da liderança em setores nos quais o Brasil já possui posição de destaque, à ampliação de competências em setores intensivos em conhecimento e ao fortalecimento de indústrias tradicionais. Os 12 programas restantes são horizontais, e perpassam diversos sistemas produtivos.

Dentre os 22 sistemas produtivos, a SDP coordena os programas para Fortalecer a Competitividade, num total de 15 setores produtivos, e participa de todos os demais.

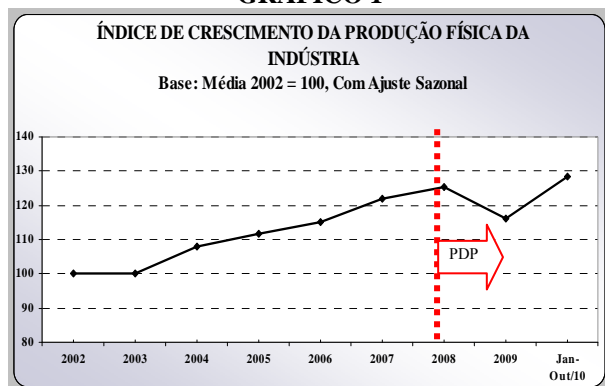
Durante o ano de 2010, a Secretaria do Desenvolvimento Produtivo (SDP) e os demais órgãos responsáveis pela PDP atuaram de forma ampla e integrada sobre os rumos da política industrial brasileira, onde se concluiu pela necessidade de: definir metas, além de ampliar e aprofundar as macrometas propostas no lançamento da PDP; inovação, como pressuposto para atingir novo patamar de competitividade; e ampliar a presença externa das empresas brasileiras, entre outros desafios para os próximos anos, sob as orientações do novo governo, e num momento em que a economia brasileira já se mostra recuperada dos efeitos da crise internacional, com um sustentado ritmo de crescimento econômico.



## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

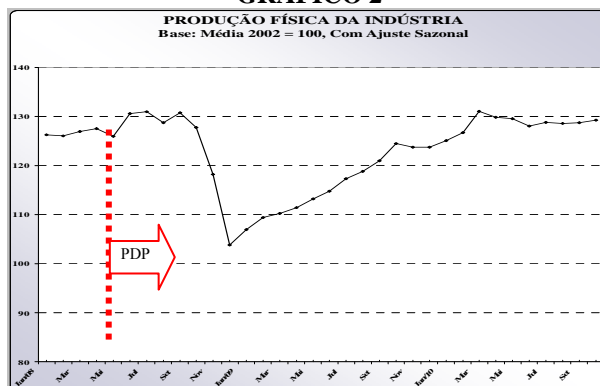
Os resultados tangíveis serão apresentados com base em indicadores de impacto, e retratam o ano de 2010, bem como a situação anterior e posterior ao lançamento da PDP:

### GRÁFICO 1



Fonte: IBGE

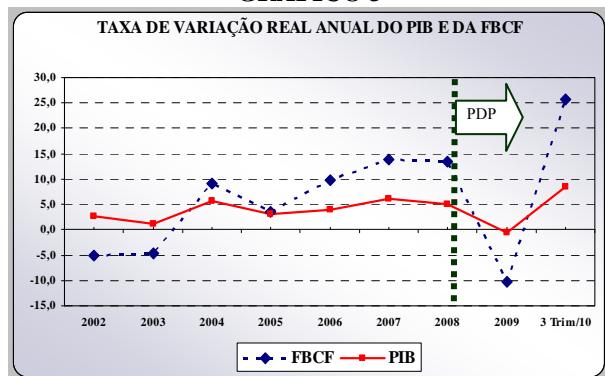
### GRÁFICO 2



Fonte: IBGE

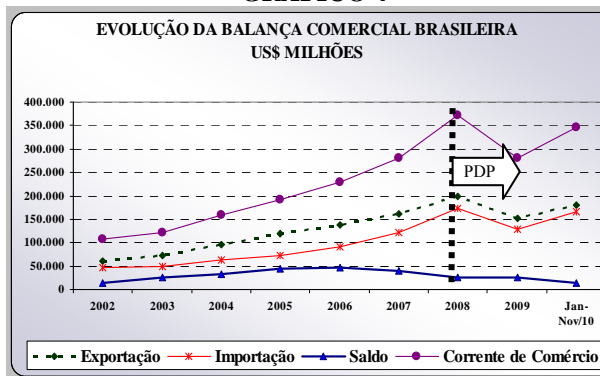
Os gráficos 1 e 2 mostram a evolução da produção física da indústria, desde 2002. No gráfico 1, observa-se claramente a evolução da produção industrial desde 2003, até o início da crise econômica mundial, em 2008. Mostra, também, a recuperação, ainda em 2009, retornando, em 2010, aos patamares de 2008, numa tendência ascendente. O gráfico 2 detalha esse comportamento, em escala mensal.

### GRÁFICO 3



Fonte: IBGE

### GRÁFICO 4



Fonte: MDIC/Secex/SDP

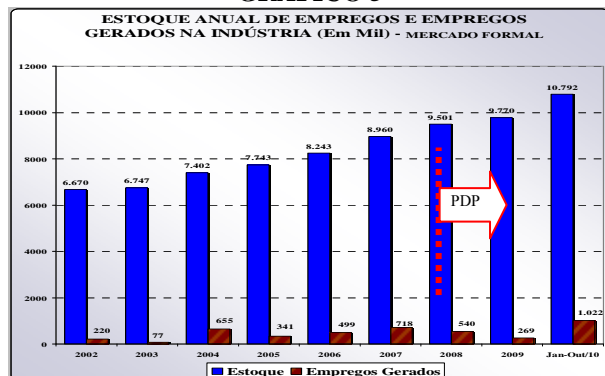
O gráfico 3 ilustra o nível de investimento na indústria, acima da variação do PIB em 2007 e 2008. Em 2009, no período da crise, observa-se a retração desses investimentos, e a forte recuperação em 2010, em percentual bem superior às taxas de 2008. O gráfico 4 mostra esse mesmo comportamento, anterior, durante, e após a crise econômica, relativamente à evolução da balança comercial brasileira.





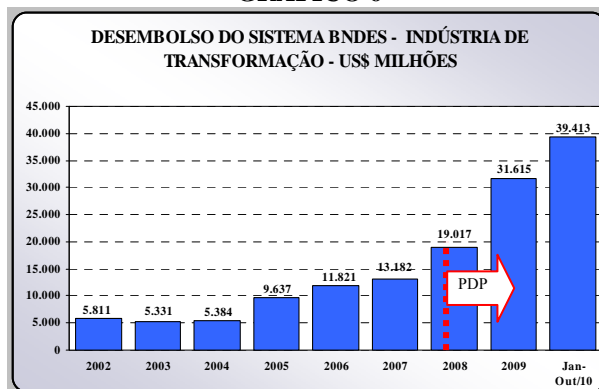
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

GRÁFICO 5



Fonte: MTE/Raiz

GRÁFICO 6



Fonte: BNDES

O gráfico 5 mostra o estoque de empregos e os empregos gerados na indústria, a cada ano. O ano de 2008 já apresentou um decréscimo, quanto aos postos de trabalho gerados na indústria, em relação a 2007; e 2009 apresentou um índice bem inferior. Essa variação mostra a intensidade com que a crise afetou a indústria. Em 2010 obtivemos uma forte recuperação, com o maior número de empregos gerados na indústria, no período recente. O gráfico 6 mostra o desembolso do sistema BNDES para a indústria de transformação. Os valores apresentados pós 2008 são resultantes do importante papel do BNDES junto à PDP, e foram fundamentais para a superação da crise econômica.

Em todos os gráficos está sinalizada a data de lançamento da PDP, onde os resultados do desempenho da indústria podem ser observados e comparados ao período anterior, bem como o comportamento da indústria durante a crise internacional.

Observa-se, de forma evidente, a partir da apuração dos indicadores, a recuperação da indústria nacional em 2010, retornando e superando os índices verificados em 2008, período anterior ao início da crise. Importante salientar que os resultados pós-PDP não devem ser creditados unicamente às iniciativas da política, mas é inegável que a PDP teve importante papel nesse desempenho. Contudo e, a partir da prospecção feita para a variação cambial em 2011, a previsão da Taxa de Variação Líquida das Exportações das Cadeias Produtivas é de 2,12%, enquanto que, em 2010 o incremento ficou em torno de 2,00%.

O fortalecimento da coordenação intragoverno e do diálogo entre governo e setor privado para ampliar a competitividade e sustentar o novo ciclo de crescimento serão um importante reforço para o sucesso das ações previstas para o ano de 2011.

As ações realizadas em 2010, com seus produtos e resultados, assim como o plano de ações para 2011, estão, portanto, intrinsecamente associados à PDP, em especial para os programas para o fortalecimento da competitividade, com os seguintes destaques:

Na cadeia produtiva da **Construção Civil**, foi publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a Norma Técnica NBR-ISO 12006, que versa sobre a "Organização da Informação da Construção", primeira etapa para implantação no País do *Building Information Modelling* (BIM) - Modelagem da Informação da Construção - prevista na PDP - Construção Civil para a definição de um padrão nacional e o seu respectivo sistema de classificação de componentes



## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

da construção. Em 2011, pretende-se dar seqüência ao desenvolvimento da construção individualizada e implantação da coordenação modular no País.

O setor de **Plásticos** foi beneficiado com a implantação de um programa específico de financiamento, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Plástico (Proplastico), com recursos de R\$ 700 milhões e vigência até 2012. Para 2011, cita-se a atuação para o fortalecimento das empresas de 3ª geração (transformadoras de plásticos) nos esforços de modernização técnica (máquinas, insumos e moldes) e gerencial.

No setor de **Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (HPPC)**, as ações para 2011 terão como objetivo proporcionar maior agregação de valor, valendo-se da biodiversidade brasileira, e respeitando os aspectos sanitários.

No setor de **eletroeletrônica de consumo**, o destaque em 2010 foi a elaboração do *Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Iluminação*, com vistas a estimular a maior produção nacional de lâmpadas fluorescentes compactas e de LED e OLED. Em 2011, as ações priorizadas visam a uma ampliação da escala do mercado doméstico, para a linha branca; o desenvolvimento de projetos para a linha marrom; e fomentar as exportações para o Mercosul e Países Andinos, para a linha de portáteis.

Quanto ao **Sistema Agroindustrial** as ações principais visarão buscar a adequação da infraestrutura/logística que permita o maior crescimento do agronegócio brasileiro.

No setor de **Bens de Capital**, em 2010, o Programa de sustentação do Investimento (PSI) foi de grande destaque e relevância, para a retomada do investimento para a indústria de máquinas e equipamentos, normalmente o último setor a se recuperar de um período de crise. Diante do sucesso, este programa, previsto para encerrar em dezembro de 2010, foi prorrogado até 31/03/2011. O PSI foi criado em julho de 2009, e até outubro as operações aprovadas e contratadas atingiram 103 bilhões de reais. Deste total, 76 bilhões de reais já foram liberados.

Na **Indústria Marítima**, para 2011, dar-se-á prioridade ao aperfeiçoamento do Catálogo Navieças, assim como se buscarão melhorias na regulamentação do Fundo Garantidor da Construção Naval, importante garantia disponibilizada pelo Governo para as encomendas de navios e plataformas aos estaleiros.

Dentre as ações da PDP para o **Complexo Automotivo**, executadas ou que tiveram seus principais efeitos em 2010, destaque para medidas visando à ampliação e consolidação do setor de autopeças, tais como o estabelecimento do fim do redutor de 40% que incidia sobre o Imposto de Importação de autopeças destinadas à produção; e a redução, em nível de Mercosul, para 2% do Imposto de Importação em 116 itens do segmento.

Destaque-se, ainda, a realização em 2010 e com repercussões em 2011, de estudos e recomendações sobre a adoção de novas tecnologias para aumentar a eficiência energética e reduzir emissões, visando subsidiar a proposição de políticas públicas para a indústria automotiva instalada no Brasil.



## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

Em 2011 o setor pretende dar seqüência à implantação ou aprimoramento de acordos internacionais, principalmente nas negociações com a União Européia (troca de ofertas de condições de acesso) e Venezuela e Uruguai (quotas de veículos).

Na PDP do **Complexo Aeronáutico**, destaque para o *Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira* (Retaero), instituído pela Lei nº 12.249, de junho de 2010. Com o regime serão permitidos que bens e serviços utilizados como insumo na cadeia aeronáutica tenham a suspensão da exigência de alguns tributos, quando da aquisição no mercado interno ou na sua importação.

Para 2011 o MDIC deverá também participar das próximas etapas de negociação do Projeto H-XBR, no papel de responsável pela transferência de tecnologia, processos e trabalhos para a cadeia da indústria aeronáutica. Além disso, deverá ser criado no âmbito do Mercosul um Regime Comum de Importação de Bens destinados à indústria Aeronáutica com vistas a harmonizar os Regimes Especiais de Importação, o fortalecimento da União Aduaneira e a integração de cadeias produtivas na região.

Na **siderurgia**, entre as várias ações atuais e que avançarão no ano de 2011, destaque será dado para a questão da sustentabilidade dos produtores de ferro gusa. Cita-se, ainda, a discussão em curso de propostas para fortalecer a competitividade da indústria brasileira de fundição.

No âmbito de outras Ações de Fortalecimento das Cadeias Produtivas também houve ações para apoio ao *design* brasileiro. Em 2010, trabalhou-se na elaboração de documento preliminar com proposta de diretrizes, estratégias e ações para compor a Agenda Nacional Institucional do *Design* para os próximos 4 anos (2011-2014), a ser coordenada pelo Programa Brasileiro do Design (PBD), com vista aos principais temas que se mostram tendência no cenário nacional.

No período de setembro e outubro de 2010, em Curitiba (PR), foi realizada a terceira edição da Bienal Brasileira de Design, com o tema “Design, Inovação e Sustentabilidade”, que contou com mais de 250 mil visitantes. Para 2011 os trabalhos estarão concentrados no planejamento da próxima Bienal Brasileira de Design, que será realizada em 2012, em Belo Horizonte. O evento faz parte do PBD, coordenado pelo MDIC.

Instituída, por meio da Lei nº 12.305, de agosto de 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) tem o objetivo de regular a reciclagem e disciplinar o manejo dos resíduos com vistas ao **Desenvolvimento Limpo**. Com a finalização da sua regulamentação, um destaque para 2011, será a necessidade de se fazer cumprir a PNRS relativamente à “logística reversa” para lâmpadas, pneus, baterias e pilhas, eletroeletrônicos e embalagens de agrotóxicos. Para tanto, a SDP deverá realizar estudos de viabilidade da sua implementação e promover articulações com o setor produtivo.

Entre as ações da Política Nacional de **Mudanças Climáticas** e em consonância com os compromissos firmados pelo governo brasileiro durante a 15ª Conferência das Partes das Nações Unidas (COP 15), em Copenhague, na Dinamarca, de redução de emissões de gases de efeito estufa, até 2020, de 36,1% a 38,9%, será desenvolvido o Plano Setorial de Redução de Emissões da Siderurgia, bem como o Projeto de Modernização da Produção de Carvão Vegetal no Brasil. Também deverão ser iniciados os planos setoriais de redução de emissões de vários setores,



## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

conforme previsto na Política, o que exigirá a realização de estudos e de negociação com o setor privado.

Buscando atender a critérios de diversidade setorial e prioridades de desenvolvimento regional, o **Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL)** foca sua atuação em 267 APLs Prioritários, dos 957 Arranjos Produtivos Locais (APL) identificados e indicados pelos Núcleos Estaduais de Apoio.

Em 2010, e com finalização prevista para 2011, iniciou-se a construção do **Sistema Integrado de Gestão do Conhecimento em APLs**, que deverá permitir o monitoramento e a gestão das informações e dos conhecimentos produzidos/disponíveis pelos APLs, além de promover a interação, facilitada, entre os atores produtivos e institucionais envolvidos nos aglomerados, gerando, assim, negócios entre elas; viabilizará a troca, sistematizada, de informações entre os APLs; e disseminará os resultados de programas ou atividades desenvolvidos regionalmente, bem como as melhores práticas e as lições aprendidas. Enfim, um importante instrumento para a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional.

Em 2011 pretende-se fazer do Fórum Nacional de Secretários de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (FONSEIC) um instrumento de desenvolvimento regional, em complemento aos Arranjos Produtivos Locais.

O Subgrupo de Trabalho nº 7 Indústria (SGT 7), do MERCOSUL, no ano de 2010, priorizou a agenda de cooperação em APLs, como instrumento de integração produtiva. Assim, para 2011 e de forma conjunta com a 5ª Conferência Brasileira de APLs, deverá ser realizado o *Encontro de Clusters/APLs MERCOSUL e Países Associados*. Juntos, servirão como formas de aprimorar as políticas públicas e estimular o desenvolvimento local, promovendo a troca de informações e de experiências no desenvolvimento das empresas e empreendedores organizados em Arranjos Produtivos Locais.

Como importante medida de incentivo ao investimento, o mecanismo de desoneração de Imposto de importação de bens de capital, não produzidos no Brasil (Ex-Tarifário), contemplou a redução da tarifa para 1.474 (dados até outubro) itens de bens de capital e de informática e telecomunicação, com investimentos globais esperados, associados aos projetos, no valor de 13,2 bilhões de reais.

O mecanismo de Processo Produtivo Básico (PPB) é um instrumento de benefícios às empresas que cumprem etapas de sua produção, para empreendimentos no Pólo Industrial de Manaus e no restante do País, com os incentivos da Lei de Informática. Entre janeiro e dezembro de 2010, foram publicadas 55 Portarias de PPB. Destas, 43 foram relativas a bens industrializados no Pólo Industrial de Manaus e 12 para bens de informática. Em 2010, até dezembro, foram fiscalizadas 29 empresas habilitadas à concessão dos incentivos fiscais estabelecidos pela Lei de Informática.

Para 2011, trabalhar-se-á para dar maior agilidade e racionalidade à avaliação dos processos de PPB e Ex-Tarifário.

Em 2010 foram realizadas ações no âmbito da Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (RENAI), visando à qualificação dos gestores estaduais para o atendimento a



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

potenciais investidores. Para 2011, a Rede continuará na realização de seminários internacionais e recepção de missões empresariais estrangeiras, agora com maior ênfase na divulgação das oportunidades de investimento decorrentes da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

Registre-se que os itens abaixo relacionados serão apresentados no relatório consolidado da Secretaria-Executiva deste Ministério, unidade responsável pela execução do orçamento e gestão de recursos humanos desta pasta:

- Programação Orçamentária da Despesa;
- Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas;
- Quadro de custos de recursos humanos e
- Indicadores Gerenciais sobre recursos humanos.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**1. Identificação**

*Quadro A.1.1 – Identificação da SDP – Relatório de Gestão Individual*

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior			<b>Código SIORG:</b> 3162
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Secretaria do Desenvolvimento da Produção			
<b>Denominação abreviada:</b> SDP			
<b>Código SIORG:</b> 3213	<b>Código LOA:</b> 28101	<b>Código SIAFI:</b> 280109	
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público			
<b>Principal Atividade:</b> Administração Pública em Geral - Indústria -22			<b>Código CNAE:</b> 7511-6
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(61) 2027-7070	(61) 2027-7046	(61) 2027-7060
<b>Endereço eletrônico:</b> sdp@mdic.gov.br			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/index.php?area=2">http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/index.php?area=2</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios, Bloco "J", Sala 500 - Brasília, DF, CEP: 70053-900			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>			
Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, publicada no DOU de 29 de maio de 2003. Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010 (publicado no DOU de 05/02/2010).			
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>			
Portaria/MDIC nº 117, de 17/6/2009, publicada no DOU- Seção I, de 18/6/2009, que estabelece critérios para celebração, aprovação e execução de convênios e contratos de repasse, com aplicação de recursos orçamentários das Ações 2374 e 109C, do Programa 0419, sob a responsabilidade do MDIC.			
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</b>			
Relatório semestral de Anúncio de Projetos de Investimentos, publicado no Site do MDIC, endereço eletrônico: <a href="http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/conteudo/index/item/34">www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/conteudo/index/item/34</a>			
<b>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
280109	Secretaria do Desenvolvimento da Produção		
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>			
00001			
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>	<b>Código SIAFI da Gestão</b>		
280101	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos		
280104	Coordenação-Geral de Recursos Humanos		



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**2. Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da SDP**

**2.1. Responsabilidades Institucionais**

**I - Competência Institucional**

O Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos e comissão e das funções gratificadas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior estabelecendo as competências do órgão, dentre essas compete à SDP:

**Seção II**

**Dos Órgãos Específicos Singulares**

Art. 10. À Secretaria do Desenvolvimento da Produção compete:

- I - formular e propor políticas públicas para o desenvolvimento da produção do setor industrial;
- II - identificar e consolidar demandas que visem ao desenvolvimento da produção do setor industrial;
- III - estruturar ações que promovam o incremento da produção de bens no País e o desenvolvimento dos segmentos produtivos;
- IV - formular, coordenar, acompanhar e avaliar, no âmbito da competência do Ministério, as ações que afetem o desenvolvimento da produção do setor industrial;
- V - manter articulação com órgãos e entidades públicas e instituições privadas, visando ao permanente aperfeiçoamento das ações governamentais, em relação ao desenvolvimento do setor produtivo;
- VI - buscar a simplificação da legislação aplicada à atividade produtiva;
- VII - viabilizar ações junto às secretarias estaduais e aos representantes de organismos regionais de desenvolvimento e de outros órgãos públicos ou privados com atribuições nesta matéria, visando a elaboração e implementação de ações de política de desenvolvimento da produção regional;
- VIII - incentivar práticas de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável no setor industrial;
- IX - articular esforços para o aproveitamento dos ativos ecológicos do País;



## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

X - executar e acompanhar os projetos e as ações voltadas para o aumento da competitividade das cadeias produtivas, articulando, para tanto, a participação do governo, do setor privado e dos trabalhadores;

XI - apoiar e acompanhar as negociações internacionais referentes aos setores produtivos do País; e

XII - identificar, divulgar e estimular a difusão de experiências exemplares de promoção de desenvolvimento da produção regional, incluindo programas e projetos de investimento, realizados nos níveis local e estadual.

### II – Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos da Secretaria visam a um maior fortalecimento do setor produtivo, que contribua para o efetivo crescimento econômico do País, com geração de emprego, ocupação e renda; fomento ao desenvolvimento e à desconcentração regional da produção; aumento do número de empresas exportadoras e maior agregação de valor nos produtos exportados; e maior capacitação tecnológica das empresas, entre outros.

Para isso, seu maior instrumento são as medidas estabelecidas na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que tem o objetivo de promover a competitividade de longo prazo da economia brasileira, consolidando a confiança na capacidade de crescer, com uma maior integração dos instrumentos de política existentes, fortalecimento da coordenação entre instituições de governo e aprofundamento da articulação com o setor privado.

Assim, a atuação da SDP em 2010 no âmbito da PDP deu-se, principalmente, na coordenação dos **Programas para Fortalecer a Competitividade**.

Ressalta-se que as *Agendas de Ação* para os setores sob coordenação do MDIC estão construídas em consonância com os objetivos estratégicos acima descritos e representam o produto do trabalho de articulação entre o Governo e setores produtivos, como uma estratégia setorial para superar os desafios e atingir as metas e os objetivos propostos na PDP.

### **2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas**

É principalmente no âmbito da Política do Desenvolvimento Produtivo - PDP, que a Secretaria do Desenvolvimento da Produção focaliza suas ações. Paralelamente, e complementarmente à PDP, a Secretaria gerencia o programa 0812 – Competitividade das Cadeias Produtivas, do PPA. Esse programa, embora não tenha a destinação específica para apoiar medidas de política industrial, configura-se como o principal instrumento de apoio financeiro à implementação de ações em prol do desenvolvimento das cadeias produtivas.

O programa conta com recursos financeiros significativos, na sua quase totalidade distribuídos em ações não-orçamentárias, destinadas a financiamentos voltados ao desenvolvimento





## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

industrial, cujas execuções são conduzidas pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Banco do Brasil S.A.

O principal instrumento para sua implementação são os Fóruns de Competitividade e outras instâncias de articulação público-privada, como espaço de discussão e proposição de ações na busca de soluções consensuais aos diversos obstáculos que limitam a competitividade e o desenvolvimento industrial e comercial do país.

Com isso, a atuação está voltada à promoção da competitividade das cadeias produtivas, com especial ênfase nas cadeias relacionadas aos setores priorizados pela PDP. i) Programas Mobilizadores Estratégicos(intensivos em tecnologia): Complexo da Defesa, Complexo da Saúde, TICs, Biotecnologia, Nanotecnologia e Energia Nuclear; ii) Programas para Consolidar e Expandir Liderança: Indústria Aeronáutica, Petróleo e Gás, Bioetanol, Mineração, Siderurgia, Papel e Celulose e Carnes; iii) Programas para Fortalecer a Competitividade: Complexo Automotivo, Bens de Capital, Têxtil e Confecções, Madeira e Móveis, Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, Construção Civil, Complexo de Serviços, Indústria Marítima, Couro e Calçados, Sistema Agroindustrial, Biodiesel, Plásticos, Eletroeletrônica, Brinquedos e Trigo.

No âmbito dos setores intensivos em mão-de-obra, dar-se-á continuidade às ações de fortalecimento da competitividade das Cadeias Produtivas, inseridas ou não na PDP, por intermédio das atividades dos Fóruns de Competitividade e outras instâncias de articulação público-privada.

Dentre as ações da PDP para o **Complexo Automotivo** prevê-se a implementação de duas ações: o início da Certificação compulsória das autopeças de segurança para o mercado de reposição – os primeiros quatro grupos de autopeças – rodas, iluminação, freios e direção. O INMETRO já concluiu a maior parte do trabalho; e, o estabelecimento de uma agenda de acordos multilaterais, com vistas a abrir novas oportunidades para as exportações brasileiras de produtos automotivos.

Na **Indústria Marítima** as prioridades serão de implementar uma segunda fase do Catálogo de Navipeças, que será a instrumentalização para permitir a certificação de produtos navais. Outras ações importantes são: viabilizar a proposta de implementação de um programa de apoio à construção de embarcações fluviais - Profrota Fluvial; e verificar a possibilidade técnica e econômico-financeira da elaboração de projetos de embarcações mistas (madeira e aço) no sentido de elevar o grau de segurança das embarcações fluviais de transporte de passageiros.

A PDP **Sistema Agroindustrial** terá sua atuação pautada nos quatro desafios propostos à PDP Sistema Agroindustrial: melhoria da logística e infra-estrutura; investimento em P,D&I e capacitação; redução da assimetria das relações comerciais no agronegócio; e apoio à reestruturação e modernização industrial

Para o setor de **eletroeletrônica de consumo**, destaque para as medidas de desoneração tributária a serem adotadas, visando estimular o setor de linha branca no Brasil e manter empregos e sua competitividade.

Quanto aos **Programas para Consolidar e Expandir a Liderança**, entre outras ações buscar-se-á atuar na contratação da indústria nacional na produção de componentes EMB KC-390 – parceria entre a Embraer e a FAB para a produção de aeronave de transporte militar tático; no



## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

Programa FX 2 – aquisição pela FAB de 36 caças supersônicos de última geração, avançar na transferência de tecnologia para produção de componentes e a integração de sistemas aviônicos, radares e armamentos, utilizando a cadeia produtiva da indústria aeronáutica brasileira.

Na PDP do **Setor Siderúrgico**, definiu-se que, com base no Estudo Prospectivo espera-se iniciar a elaboração da Agenda Tecnológica Setorial (ATS) da Siderurgia.

Entre as ações da Política Nacional de **Mudanças Climáticas** e em consonância com os compromissos firmados pelo governo brasileiro durante a 15ª Conferência das Partes das Nações Unidas (COP 15), em Copenhague, na Dinamarca, de redução de emissões de gases de efeito estufa, até 2020, de 36,1% a 38,9%, será desenvolvido o Plano Setorial de Redução de Emissões da Siderurgia, bem como o Projeto de Modernização da Produção de Carvão Vegetal no Brasil.

Buscando atender a critérios de diversidade setorial e prioridades de desenvolvimento regional, o **Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais** (GTP APL) foca sua atuação em 267 APLs Prioritários, dos 957 Arranjos Produtivos Locais (APL) identificados e indicados pelos Núcleos Estaduais de Apoio.

Por fim, a estratégia adotada pela SDP, na implementação da Política de Desenvolvimento Produtivo utiliza-se dos instrumentos disponíveis como os incentivos fiscais, crédito, capital de risco e subvenção econômica; a utilização do poder de compra governamental, tanto nas compras da administração direta e de empresas estatais; os aperfeiçoamentos regulatórios, de nível técnico, econômico e concorrencial; e o apoio técnico na certificação e metrologia, promoção comercial, propriedade intelectual, capacitação de recursos humanos, capacitação empresarial, com envolvimento de todos os entes responsáveis pelo acionamento dos seguintes mecanismos internos de atuação:

- Os Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas;
- O Processo Produtivo Básico para bens de informática;
- O Ex-Tarifário, que permite a redução de alíquotas de importação para bens de capital sem similar nacional;
- O GTP APL, voltado ao apoio de políticas e ações para o desenvolvimento regional e o apoio a micro, pequenas e médias empresas;
- O PBD – Programa Brasileiro do Design, que tem a finalidade de promover a utilização do design como ferramenta estratégica para o aumento da competitividade, objetivando o reconhecimento nacional e internacional do design brasileiro; e
- A Rede Nacional de Investimentos/RENAI, destinada a identificar e divulgar oportunidades de investimento.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da SDP**

**Programas:**

**Programa 0812 - Competitividade das Cadeias Produtivas**

**Ações: 2272** - Gestão e Administração do Programa;

**2505** - Inserção do Design em Setores Produtivos;

**2768** - Fortalecimento das Cadeias Produtivas;

**8922** - Fomento à Ecoeficiência nas Cadeias Produtivas do Setor Industrial.

**Ações do Programa executadas sob a responsabilidade de outros órgãos**

**90BV** - Apoio à Ampliação da Capacidade de Oferta de Bens e Serviços (BNDES)

**9852** - Apoio aos Setores de Insumos Básicos (BNDES)

**90BX** - Financiamento a Aquisição de Máquinas e Equipamentos (BNDES)

**90BW** - Financiamento a Pequenos Projetos de Investimento (BNDES)

**9725** - Financiamentos de Investimentos Empresariais (Banco do Brasil S.A)

**Ações de responsabilidade da SDP que integram Programas de outras Secretarias e Órgãos:**

**Ações do Programa 0419** - Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, vinculado à Secretaria de Comércio e Serviços do MDIC:

**2374** - Fomento à Instalação de Micro, Pequenas e Médias Empresas (SCS/MDIC);

**6659**- Extensão Industrial Exportadora das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte (SCS/MDIC);

**2B14**- Pesquisa de Mercado para Arranjos Produtivos Locais(SCS/MDIC);

**Ação do Programa 0411**- Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços, cuja unidade responsável é a Secretaria Executiva do MDIC:

**2692**-Fiscalização de Processo Produtivo Básico-PPB para bens de informática

**Ação do Programa 0355**- Promoção das Exportações, vinculado ao Ministério das Relações Exteriores(MRE):

**6672**- Fortalecimento da Imagem do Produto Brasileiro no Mercado Internacional

**2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da SDP**

*Quadro A.2.1-Demonstrativo da Execução do Programa 0812*

<b>Identificação do Programa de Governo</b>	
<b>Código no PPA:</b> 0812	<b>Denominação:</b> Competitividade das Cadeias Produtivas
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico	
Elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País, com ações voltadas para o incremento das exportações e dos investimentos vinculados ao aumento da competitividade, e à substituição de importações, promovendo a competitividade das cadeias produtivas do País, com especial ênfase às cadeias	



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

relacionadas aos setores considerados prioritários pela PDP, objetivando melhor aproveitamento das potencialidades produtivas e setoriais; geração de emprego e renda; redução das desigualdades sociais e regionais e fortalecimento dos pólos produtivos regionais.

**Objetivos Específicos:**

- Promover ações voltadas ao planejamento, coordenação, implementação e avaliação de políticas públicas referentes à competitividade do setor industrial;
- Identificar, divulgar e acompanhar o desenvolvimento, a manutenção e a promoção de projetos e oportunidades de investimentos no setor produtivo;
- Dar suporte à implementação da PDP;
- Articular com as entidades públicas e privadas para formular políticas públicas voltadas ao aumento da competitividade do setor produtivo brasileiro, especialmente nas áreas da qualidade, produtividade, desenvolvimento de fornecedores e de redes de empresas, design, desenvolvimento limpo, reciclagem de materiais e de redução na geração de resíduos, estimulando ações de ecoeficiência e responsabilidade social nas empresas do setor produtivo;
- Propor políticas e ações para a superação dos entraves à produção e estimular a substituição competitiva de importações nos setores produtivos.

**Gerente:** Heloisa Regina Guimarães de Menezes      **Responsável:** Ismar Ferreira da Costa Filho

**Público Alvo:** Setor industrial produtivo das principais cadeias produtivas

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
4.129.055	48.013.398.147	3.033.328	106.351.448.418	-	973.996

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Variação Líquida das Exportações do Setor Industrial	20/1/2007	1,88	2,63	3,00	1,94

**Fórmula de Cálculo do Índice**

- A/B, onde A = taxa de variação média do valor em dólar das exportações da indústria e B = módulo da taxa de variação média do câmbio do real com o dólar americano. - Cálculo de A: X = total anual de exportações da indústria no ano atual; E = total anual

**Análise do Resultado Alcançado**

O indicador de desempenho para o Programa Competitividade das Cadeias Produtivas é a Taxa de Variação Líquida das Exportações do Setor Industrial, e é calculado de forma individualizada para as cadeias produtivas de Siderurgia, Complexo Eletrônico, Automotivo, Aeroespacial, Bens de Capital, Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, Agroquímica, Plásticos, Indústria Farmacêutica, Madeira e Móveis, Gemas e Jóias, Têxtil e Confecções, Couro e Calçados e Construção Civil. Esse cálculo individualizado se deve às especificidades de cada cadeia produtiva.

O que se pretende medir é a competitividade de cada cadeia produtiva, com base no comportamento de sua exportação, buscando extrair o impacto da taxa de variação cambial. É um indicador de efetividade, pois reflete o impacto das ações do Programa no desempenho das exportações, no âmbito de cada cadeia produtiva.

Observa-se, de forma evidente, a partir da apuração dos indicadores ( 2008 > 2,08 e 2009 > -4,05 ), a recuperação da indústria nacional em 2010, retornando e superando os índices verificados em 2008, período anterior ao início da crise. Importante salientar que os resultados pós-PDP não devem ser creditados unicamente às iniciativas da política, mas é inegável que a PDP teve importante papel nesse desempenho. Ainda assim, não se conseguiu atingir o índice previsto, haja vista o período pós-crise internacional e de câmbio desfavorável as exportações e favorável as importações, fazendo com que o esforço da política também se concentrasse não somente nas exportações, mas também em evitar a e, evitando o impacto da concorrência externa sobre a indústria brasileira, já que esta por grande ameaça diante da entrada maciça de produtos concorrentes. Por outro lado, ressalta-se houve o aquecimento do mercado interno e, com isso, a indústria se voltou para o abastecimento desse mercado. Contudo e, a partir da



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

prospecção feita para a variação cambial em 2011, a previsão da Taxa de Variação Líquida das Exportações das Cadeias Produtivas é de 2,12%, enquanto que, em 2010 o incremento ficou em torno de 2,00%. Essa prospecção é feita considerando a estimativa feita pela SECEX/MDIC sobre as exportações e a variação média do câmbio feita pelo Banco Central.

Na cadeia produtiva da **Construção Civil**, foi publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a Norma Técnica NBR-ISO 12006, que versa sobre a "Organização da Informação da Construção", primeira etapa para implantação no País do *Building Information Modelling* (BIM) - Modelagem da Informação da Construção - prevista na PDP - Construção Civil para a definição de um padrão nacional e o seu respectivo sistema de classificação de componentes da construção.

O setor de **Plásticos** foi beneficiado com a implantação de um programa específico de financiamento, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Plástico (Proplastico), com recursos de R\$ 700 milhões e vigência até 2012.

No setor de **eletroeletrônica de consumo**, o destaque em 2010 foi a elaboração do *Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Iluminação*, com vistas a estimular a maior produção nacional de lâmpadas fluorescentes compactas e de LED e OLED.

No setor de **Bens de Capital**, em 2010, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) foi de grande destaque e relevância, para a retomada do investimento para a indústria de máquinas e equipamentos, normalmente o último setor a se recuperar de um período de crise. Diante do sucesso, este programa, previsto para encerrar em dezembro de 2010, foi prorrogado até 31/03/2011.

Dentre as ações da PDP para o **Complexo Automotivo**, executadas ou que tiveram seus principais efeitos em 2010, destaque para medidas visando à ampliação e consolidação do setor de autopeças, tais como o estabelecimento do fim do redutor de 40% que incidia sobre o Imposto de Importação de autopeças destinadas à produção; e a redução, em nível de Mercosul, para 2% do Imposto de Importação em 116 itens do segmento.

Fonte: BACEN /MDIC/SECEX/SDP

*Quadro A.2.1.1 - Execução Orçamentária – Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa*

Exercício	Dotação	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
2010	778.555	578.036	567.276	567.276

Fonte: SIGPLAN

*Quadro A.2.1.2- Execução Orçamentária – Ação 2505 - Inserção do Design em Setores Produtivos*

Exercício	Dotação	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
2010	300.000	298.720	298.720	298.720

Fonte: SIGPLAN

*Quadro A.2.1.3- Execução Orçamentária – Ação 2768 - Fortalecimento das Cadeias Produtivas*

Exercício	Dotação	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
2010	2.850.500	2.006.571	100.000	100.000

Fonte: SIGPLAN

*Quadro A.2.1.4- Execução Orçamentária – Ação 8922 - Fomento à Ecoeficiência nas Cadeias Produtivas do Setor Industrial*

Exercício	Dotação	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
2010	200.000	150.000	8.000	8.000

Fonte: SIGPLAN



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**Ações de responsabilidade da SDP que integram Programas de outras Secretarias do MDIC e outros Órgãos do Governo Federal:**

*Quadro A.2.1.5- Execução Orçamentária – Ação 2374 - Fomento à Instalação de Micro, Pequenas e Médias Empresas*

Exercício	Dotação	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
2010	32.468.780	12.571.574	0	0

Fonte: SIGPLAN/Relatórios/ Execução Física e Financeira por Ação

*Quadro A.2.1.6 - Execução Física e Financeira*

AÇÃO	FOMENTO À INSTALAÇÃO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	2374
Produto:	Projeto Apoiado	Unid. Medida:	Unidade
	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)</b>
Físico	39,000 <sup>1</sup>	44,000	<b>113%</b>
Financeiro	R\$32.468.780	R\$ 12.571.574	<b>37%</b>

Fonte: SIGPLAN

(1) O localizador 2374-0001: Nacional - apresenta a previsão para físico de 70.731 para uma previsão financeira de R\$ 1.000.000,00; contudo foram indicados apenas 5 projetos. De maneira que assume-se esse número com vistas ao físico previsto.

**Principais Resultados:**

**Ação 2374 - Fomento à Instalação de Micro, Pequenas e Médias Empresas**

**2374-0001: Nacional – Valor R\$ 1.000.000,00: Firmados 3 convênios para construção de 3 barracões industriais.**

*Convênios firmados, com Certificado de Disponibilidade Orçamentária Deferido e emissão de Empenho:*

- Proposta SICONV nº 032024/2010 (Processo nº 52000.00009427/2010-57), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Estância T. de Ilha Solteira (SP), para construção de barracão industrial – Certificado de Disponibilidade Orçamentária deferido e empenhado pelo documento 2010NE901743, de 31 de dezembro de 2010.
- Proposta SICONV nº 030263/2010 (Processo nº 52000.010678/2010-84), cujo proponente é Prefeitura Municipal de Cristais Paulista (SP), para construção de barracão industrial – Certificado de Disponibilidade Orçamentária deferido e empenhado o valor de R\$ 300.000,00, pelo documento 2010NE901679, de 19 de dezembro 2010.
- Proposta SICONV nº 066290/2010 (Processo nº 52000.010689/2010-64), cujo proponente é Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul (SP), para construção de barracão industrial – Certificado de Disponibilidade Orçamentária deferido empenhado pelo documento 2010NE907739, de 31 de dezembro de 2010.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

*Propostas não firmadas por indisponibilidade orçamentária:*

- Proposta SICONV nº 033089/2010 (Processo nº 52000.008900/2010-89), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Igarapava (SP), para construção de barracão industrial – Certificado de Disponibilidade Orçamentária indeferido no mês de dezembro de 2010, por falta de limite orçamentário.
- Proposta SICONV nº 082058/2010 (Processo CPROD WEB Nº 52000.036704/2010-02), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Itirapuã (SP) para a construção de Barracão Industrial – Certificado de Disponibilidade Orçamentária indeferido, o que impossibilita a celebração do convênio.

**2374-0033: No Estado do Rio de Janeiro – Valor R\$ 500.000,00: Firmado 1 convênio para construção de 1 barracão industrial.**

- Firmado convênio com a Prefeitura Municipal de Santa Maria Madalena – RJ, para a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas, a partir de Certificado de Disponibilidade Orçamentária e Empenho sob o nº 2010NE900698, no valor de R\$ 200.000,00, referente à Proposta SICONV nº 024584/2010 (Processo nº 52000.015118/2010-16).
- Cancelado, em dezembro, Certificado de Disponibilidade Orçamentária e Empenho de 02/07/2010, sob o nº 2010NE900710, no valor de R\$ 300.000,00, referente à Proposta SICONV nº 077530/2010 (Processo nº 52000.002850/2010-26), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Duas Barras - RJ, para a Construção de Barracão Industrial para a Instalação de Empresas, pelo não atendimento de exigências relativas à complementação de documentação e regularização de certidões.

**2374-0035: No Estado de São Paulo – Valor R\$ 945.000,00: Firmados 3 convênios para construção de 2 barracões industriais e 1 projeto de infra-estrutura para distrito industrial.**

*Convênios firmados, a partir de Certificado de Disponibilidade Orçamentária Deferido e respectiva Nota de Empenho:*

- Proposta SICONV nº 040391/2010 (Processo nº 52000.017972/2010-17), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Ourinhos - SP, para a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas – Deferido o Certificado de Disponibilidade Orçamentária (dez/2010) e empenhado sob o documento 2010NE901740.
- Proposta SICONV nº 047185/2010 (Processo nº 52000.015693/2010-19), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Valparaíso - SP, para a Infraestrutura e Instalação de Empresas – Deferido Certificado de Disponibilidade Orçamentária e empenhado pelo documento 2010NE901678 (19/12/2010).
- Proposta SICONV nº 044475/2010 (Processo nº 52000.036681/2010-28), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Pedranópolis – SP, para a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas – Deferido Certificado de Disponibilidade Orçamentária e empenhado pelo documento 2010NE901669 (17/12/2010).

*Propostas não firmadas por indisponibilidade de limite orçamentário:*

- Proposta SICONV nº 044601/2010 (Processo nº 52000.020932/2010-52), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Piquete - SP, para a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas, não recebeu empenho devido à indisponibilidade orçamentária.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

- Proposta SICONV nº 043795/2010 (Processo nº 52000.036682/2010-72), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Rio das Pedras - SP, para a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas, pela falta de disponibilidade orçamentária não houve empenho.
- Proposta SICONV nº 045782/2010 (Processo nº 52000.015261/2010-16), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de São Pedro - SP, para a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas, pela falta de disponibilidade orçamentária não houve empenho.

**2374-0041: No Estado do Paraná – Valor R\$ 500.000,00: Firmados 3 convênios para construção de 3 barracões industriais.**

*Convênios firmados, a partir de Certificado de Disponibilidade Orçamentária Deferido e respectiva Nota de Empenho:*

- Proposta SICONV nº 072746/2010 (Processo nº 52000.015260/2010-63), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Pranchita (PR) – Certificado de Disponibilidade Orçamentária Deferido e Empenho de 02/07/2010, sob o nº 2010NE900708.
- Proposta SICONV nº 073530/2010 (Processo nº 52000.015930/2010-41), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Marmeleiro (PR) – Certificado de Disponibilidade Orçamentária Deferido e Empenho de 02/07/2010, sob o nº 2010NE900705.
- Proposta SICONV nº 052290/2010 (Processo nº 52000.013815/2010-32), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Lunardelli (PR): Certificado de Disponibilidade Orçamentária Deferido CDO e em 31 de dezembro foi empenhado sob o documento 2010NE901742.

**2374-0058: No Estado do Paraná – Valor R\$ 1.300.000,00: Firmados 2 convênios para construção de 2 barracões industriais.**

*Convênios firmados, a partir de Certificado de Disponibilidade Orçamentária Deferido e respectiva Nota de Empenho:*

- Proposta SICONV nº 044710/2010 (Processo nº 52000.0019739/2010-79), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná (PR) – Certificado de Disponibilidade Orçamentária deferido e empenhado em 19 de dezembro de 2010, pelo documento 2010NE901676.
- Proposta SICONV nº 043461/2010 (Processo nº 52000.015254/2010-14), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Cafeara (PR) – CDO deferido e recursos para formalização do Convênio empenhados em 02 de julho de 2010.

*Propostas não firmadas por indisponibilidade de limite orçamentário:*

- Proposta SICONV nº 044733/2010 (Processo nº 52000.015626/2010-02), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Foz do Jordão (PR) – Em dezembro, o CDO foi indeferido por limitação da disponibilidade orçamentária.
- Proposta SICONV nº 092545/2010 (Processo nº 52000.035878/2010-40), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Ampére (PR) – Em dezembro, o CDO foi indeferido por limitação da disponibilidade orçamentária.

**2374-0064: Itabaiana (SE) – Valor R\$ 12.000.000,00:**

Proposta SICONV nº 071603/2010 (Processo nº 52000.012437/2010-70), cujo proponente é o Estado de Sergipe, para Infraestrutura e Instalação de Empresas. O Estado é beneficiário de R\$ 12.000.000,00, contudo o **CDO foi indeferido, inviabilizando a realização do convênio**.





**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**2374-0070: Jaboti (PR) – Valor R\$ 300.000,00: Firmados 1 convênio para construção de 1 barracão industrial.**

Firmado convênio a partir da Proposta SICONV nº 062402/2010 (Processo nº 52000.012985/2010-08), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Jaboti - PR, para Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas, possui Certificado de Disponibilidade Orçamentária e Nota de Empenho (datado de 02/07/2010, sob o nº 2010NE900700).

**2374-0072: Ibiporã (PR) – Valor R\$ 500.000,00: Firmado 1 convênio para construção de 1 barracão industrial.**

Firmado convênio a partir da Proposta SICONV nº 040023/2010 (Processo nº 52000.012822/2010-17), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Ibiporã - PR, para Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas, cujo Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido e empenhado em 31 de dezembro de 2010, pelo documento 2010NE901744.

**2374-0074: Nacional – Valor R\$ 200.000,00:**

A Proposta SICONV nº 077589/2010, cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Duas Barras (RJ), para Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas, face a não complementação da documentação, conforme diligência da CGRL, resultou no **cancelamento do Certificado de Disponibilidade Orçamentária e do Empenho**, datado de 02/07/2010, sob o nº 2010NE900711.

**2374-0076: Cumarú (PE) – Valor R\$ 850.000,00: Firmados 2 convênios para construção de 2 barracões industriais.**

*Convênios firmados, a partir de Certificado de Disponibilidade Orçamentária Deferido e respectiva Nota de Empenho:*

- Proposta SICONV nº 051980/2010 (Processo nº 52000.015263/2010-05), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Cumarú (PE) – Certificado de Disponibilidade Orçamentário Deferido e Empenho realizado, em 02/07/2010, pelo documento 2010NE900713.
- Proposta SICONV nº 079267/2010 (Processo nº 52000.009639/2010-34), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Cumarú (PE) – Certificado de Disponibilidade Deferido e empenho realizado pelo documento 2010NE901677.

*Propostas não firmadas por indisponibilidade de limite orçamentário:*

- Proposta SICONV nº 079281/2010 (Processo nº 52000.015262/2010-52), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Cumarú (PE) – O CDO da proposta foi indeferido por falta de limite orçamentário.

**2374-0078: Duas Barras (RJ) – Valor R\$ 300.000,00:**

O **Certificado de Disponibilidade Orçamentária e respectivo Empenho**, no valor de R\$ 300.000,00, datado de 02/07/2010, sob o nº 2010NE900712, referentes à Proposta SICONV nº 038035/2010 (Processo nº 52000.013889/2010-79), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Duas Barras (RJ), **foi cancelado**, em decorrência da não apresentação de documentação complementar, conforme diligência da CGRL, inviabilizando a celebração do convênio.

**2374-0082: Vitorino (PR) – valor R\$ 300.000,00:**

Proposta SICONV nº 043461/2010 (Processo nº 52000.015690/2010-85), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Vitorino (PR), para construção de barracão industrial, em face de



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

indisponibilidade orçamentária teve **Certificado de Disponibilidade Orçamentária indeferido**, inviabilizando a celebração do convênio.

**2374-0084: Vitória de Santo Antão (PE) – Valor R\$ 500.000,00:**

O **Certificado de Disponibilidade Orçamentária e respectivo Empenho**, datado de 02/07/2010, sob o nº 2010NE900704, referente à Proposta SICONV nº 054737/2010 (Processo nº 52000.009675/2010-06), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Vitória de Santo Antão (PE), para Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas, **foi anulado**, inviabilizando a celebração do convênio.

**2374- 0086 - Goiânia - No Estado de Goiás: Firmados 28 convênios para construção de 28 barracões industriais.**

*Firmados 28 convênios, a partir de Certificado de Disponibilidade Orçamentária Deferido e respectiva Nota de Empenho:*

- Proposta SICONV nº 096462/2010 (Processo nº 52000.036084/2010-01), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Abadia de Goiás - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido. O empenho 2010NE901680 foi realizado em 19 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 252.670,00.
- Proposta SICONV nº 100148/2010 (Processo nº 52000.036295/2010-01), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Alexânia - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido e empenhado pelo documento 2010NE901724. O valor solicitado pelo município é de R\$ 415.080,00.
- Proposta SICONV nº 102253/2010 (Processo nº 52000.037270/2010-50), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Amorinópolis - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido e empenhado pelo documento 2010NE901714. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00.
- Proposta SICONV nº 096505/2010 (Processo nº 52000.037255/2010-55), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Anápolis - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido. O empenho 2010NE901681 foi realizado em 19 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 415.080,00.
- Proposta SICONV nº 099904/2010 (Processo nº 52000.037269/2010-25), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Anicuns - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido e empenhado pelo documento 2010NE901717. O valor solicitado pelo município é de R\$ 312.860,00.
- Proposta SICONV nº 096758/2010 (Processo nº 52000.037263/2010-58), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido e empenhado pelo documento 2010NE901718. O valor solicitado pelo município é de R\$ 415.080,00.
- Proposta SICONV nº 096826/2010 (Processo nº 52000.036687/2010-03), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Bela Vista de Goiás - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido e empenhado pelo documento 2010NE901708. O valor solicitado pelo município é de R\$ 415.080,00.
- Proposta SICONV nº 097469/2010 (Processo nº 52000.036690/2010-19), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Buriti de Goiás - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido. O empenho 2010NE901683 foi realizado em 19 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 252.670,00.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

- Proposta SICONV nº 097624/2010 (Processo nº 52000.035066/2010-02), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Ceres - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido e empenho realizado sob o número 2010NE901737. O valor solicitado pelo município é de R\$ 415.080,00.
- Proposta SICONV nº 096474/2010 (Processo nº 52000.037288/2010-51), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Córrego do Ouro - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido e empenho realizado sob o número 2010NE901726. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00.
- Proposta SICONV nº 103133/2010 (Processo nº 52000.037254/2010-67), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Damolândia - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido e empenho realizado sob o número 2010NE901722. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00.
- Proposta SICONV nº 099883/2010 (Processo nº 52000.036694/2010-05), cujo proponente é a Prefeitura de Goianópolis - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido e empenho realizado sob o número 2010NE901720. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00.
- Proposta SICONV nº 097446/2010 (Processo nº 52000.036701/2010-61), cujo proponente é a Prefeitura de Goianira - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido e empenho realizado sob o número 2010NE901711. O valor solicitado pelo município é de R\$ 415.080,00.
- Proposta SICONV nº 100161/2010 (Processo nº 52000.036296/2010-81), cujo proponente é a Prefeitura de Indiará - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido e empenho realizado sob o número 2010NE901725. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00.
- Proposta SICONV nº 099706/2010 (Processo nº 52000.037104/2010-53), cujo proponente é a Prefeitura de Inhumas - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido e empenho realizado sob o número 2010NE901716. O valor solicitado pelo município é de R\$ 415.080,00.
- Proposta SICONV nº 098159/2010 (Processo nº 52000.037257/2010-09), cujo proponente é a Prefeitura de Ipiranga - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido e empenho realizado sob o número 2010NE901741. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00.
- Proposta SICONV nº 101315/2010 (Processo nº 52000.037068/2010-28), cujo proponente é a Prefeitura de Iporá - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido e empenho realizado sob o número 2010NE901729. O valor solicitado pelo município é de R\$ 415.080,00.
- Proposta SICONV nº 102043/2010 (Processo nº 52000.036297/2010-25), cujo proponente é a Prefeitura de Israelândia - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido e empenho realizado sob o número 2010NE901721. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00.
- Proposta SICONV nº 097503/2010 (Processo nº 52000.036692/2010-16), cujo proponente é a Prefeitura de Matrinchã - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00.
- Proposta SICONV nº 100171/2010 (Processo nº 52000.036298/2010-70), cujo proponente é a Prefeitura de Mossâmedes - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00 e empenho realizado sob o número 2010NE901682.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

- Proposta SICONV nº 096467/2010 (Processo nº 52000.036688/2010-40), cujo proponente é a Prefeitura de Nerópolis - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido e empenho realizado sob o número 2010NE901709. O valor solicitado pelo município é de R\$ 415.080,00.
- Proposta SICONV nº 097485/2010 (Processo nº 52000.036691/2010-63), cujo proponente é a Prefeitura de Nova América - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido e empenho realizado sob o número 2010NE901723. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00.
- Proposta SICONV nº 101792/2010 (Processo nº 52000.036705/2010-49), cujo proponente é a Prefeitura de Nova Veneza - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00 e empenho realizado sob o número 2010NE901713.
- Proposta SICONV nº 099867/2010 (Processo nº 52000.036683/2010-17), cujo proponente é a Prefeitura de Novo Brasil - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido e empenho realizado sob o número 2010NE901710. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00.
- Proposta SICONV nº 099900/2010 (Processo nº 52000.037266/2010-91), cujo proponente é a Prefeitura de Pontalina - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido. O valor solicitado pelo município é de R\$ 312.860,00 e empenho realizado sob o número 2010NE901727.
- Proposta SICONV nº 092174/2010 (Processo nº 52000.036654/2010-55), cujo proponente é a Prefeitura de Rialma - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00 e empenho realizado sob o número 2010NE901712.
- Proposta SICONV nº 103893/2010 (Processo nº 52000.037264/2010-01), cujo proponente é a Prefeitura de Santa Bárbara - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00 e empenho realizado sob o número 2010NE901715.
- Proposta SICONV nº 100896/2010 (Processo nº 52000.036695/2010-41), cujo proponente é a Prefeitura de Uruaçu - O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido. O valor solicitado pelo município é de R\$ 415.670,00 e empenhado pelo documento 2010NE901728.

*Propostas não firmadas por indisponibilidade de limite orçamentário:*

- Proposta SICONV nº 097438/2010 (Processo nº 52000.036697/2010-31), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Araguapaz (GO) – O Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi deferido. O **empenho 2010NE901684** foi realizado em 19 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 252.670,00 e **anulado posteriormente pelo documento 2010NE901734**.
- Proposta SICONV nº 096812/2010 (Processo nº 52000.037043/2010-24), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Bonfinópolis (GO) – O **Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi indeferido**. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00.
- Proposta SICONV nº 099784/2010 (Processo nº 52000.036693/2010-52), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Britânia (GO) – O **Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi indeferido**. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00.
- Proposta SICONV nº 099479/2010 (Processo nº 52000.037253/2010-12), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Edéia – O **Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi indeferido**. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

- Proposta SICONV nº 099656/2010 (Processo nº 52000.036689/2010-94), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Firminópolis (GO) – O **Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi indeferido**. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00.
- Proposta SICONV nº 103267/2010 (Processo nº 52000.036381/2010-49), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Hidrolândia (GO) – O **Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi indeferido**. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00.
- Proposta SICONV nº 100158/2010 (Processo nº 52000.036299/2010-14), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Itapirapuã (GO) – O **Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi indeferido**. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00.
- Proposta SICONV nº 099566/2010 (Processo nº 52000.037069/2010-72), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Jaraguá (GO) – O **Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi indeferido**. O valor solicitado pelo município é de R\$ 415.080,00.
- Proposta SICONV nº 101004/2010 (Processo nº 52000.037266/2010-91), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Jussara (GO) – O **Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi indeferido**. O valor solicitado pelo município é de R\$ 312.860,00.
- Proposta SICONV nº 100089/2010 (Processo nº 52000.036696/2010-96), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Leopoldo de Bulhões (GO) – O **Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi indeferido**. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00.
- Proposta SICONV nº 102301/2010 (Processo nº 52000.036702/2010-13), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Mara Rosa (GO) – O **Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi indeferido**. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00.
- Proposta SICONV nº 100203/2010 (Processo nº 52000.037264/2010-01), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Montes Claros de Goiás (GO) – O **Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi indeferido**. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00.
- Proposta SICONV nº 101575/2010 (Processo nº 52000.037289/2010-04), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Morrinhos (GO) – O **Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi indeferido**. O valor solicitado pelo município é de R\$ 415.080,00.
- Proposta SICONV nº 101537/2010 (Processo nº 52000.037305/2010-51), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Mundo Novo (GO) – O **Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi indeferido**. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00.
- Proposta SICONV nº 098270/2010 (Processo nº 52000.035084/2010-86), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Palminópolis (GO) – O **Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi indeferido**. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00.
- Proposta SICONV nº 100453/2010 (Processo nº 52000.036684/2010-61), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Paraúna (GO) – O **Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi indeferido**. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00.
- Proposta SICONV nº 100501/2010 (Processo nº 52000.036744/2010-46), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Rubiataba (GO) – O **Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi indeferido**. O valor solicitado pelo município é de R\$ 312.860,00.
- Proposta SICONV nº 099915/2010 (Processo nº 52000.036383/2010-38), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de São Luis de Montes Belos (GO) – O **Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi indeferido**. O valor solicitado pelo município é de R\$ 415.080,00.
- Proposta SICONV nº 099917/2010 (Processo nº 52000.037268/2010-81), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Sanclerlândia (GO) – O **Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi indeferido**. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

- Proposta SICONV nº 096475/2010 (Processo nº 52000.036984/2010-41), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Senador Canedo (GO) – O **Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi indeferido**. O valor solicitado pelo município é de R\$ 415.080,00.
- Proposta SICONV nº 096519/2010 (Processo nº 52000.037258/2010-45), cujo proponente é a Prefeitura Municipal de Taquaral de Goiás (GO) – O **Certificado de Disponibilidade Orçamentária foi indeferido**. O valor solicitado pelo município é de R\$ 252.670,00.

*Quadro A.2.1.6- Execução Orçamentária – Ação 2B14- Pesquisa de Mercado para Arranjos Produtivos Locais*

Exercício	Dotação	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
2010	300.000	200.000	0	0

Fonte: SIGPLAN

**Execução física e financeira:**

*Quadro A.2.1.6.1 – Execução Física e Financeira – Ação 2B14*

AÇÃO	PESQUISA DE MERCADO PARA ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS		
<b>Tipo Ação:</b>	Atividade	<b>Código da Ação:</b>	2B14
<b>Produto:</b>	Empresa Beneficiada	<b>Unid. Medida:</b>	Unidade
	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)</b>
<b>Físico</b>	1	3	<b>300%</b>
<b>Financeiro</b>	R\$ 300.000	R\$ 200.000	<b>67%</b>

Fonte: SIGPLAN

**Principais Resultados:**

**Ação 2B14 – Pesquisa de Mercado para Arranjos Produtivos Locais**

Do recurso da LOA 2010, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme definido na Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, para a Ação 2B14 – Pesquisa de Mercado para Arranjos Produtivos Locais, o Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2010, determinou como Limite de Empenho o valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), os quais foram investidos no Projeto **Sistema de Gestão Integrada de Conhecimento em Arranjos Produtivos Locais – Observatório Brasileiro da APLs**.

O projeto está sendo executado em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologias (IBICT), e contemplará os seguintes subprojetos: Subprojeto 1: Sistema de Monitoramento de Ações e de Indicadores; Subprojeto 2: Banco de dados nacional de APLs; Subprojeto 3: Mapeamento de APLs; Subprojeto 4: Redes sociais e boas práticas; Subprojeto 5: Aprendendo sobre APLs; Subprojeto 6: Balança comercial dos Estados; Subprojeto 7: Plataforma de divulgação de APLs (com templates); Subprojeto 8: Biblioteca virtual; Subprojeto 9: Mapeamento de projetos internacionais; Subprojeto 10: Mapa das oportunidades de apoio - catálogo virtual dos instrumentos de apoio das instituições do GTP APL e dos Núcleos Estaduais de Apoio aos APLs. O conjunto dessas informações e



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

ferramentas será disponibilizado às Governanças Locais, Núcleos Estaduais e demais instituições governamentais e não-governamentais, e deverá orientar a atuação institucional de todos os envolvidos, possibilitando, efetivamente, a atuação integrada e a reestruturação dos espaços produtivos atendidos.

A descentralização de créditos orçamentários em favor do IBICT, no valor de R\$ 536.571,00 (Quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e setenta e um reais), oriundos da Ação 2768 – Fortalecimento das Cadeias Produtivas (R\$ 336.571,00) e da Ação 2B14 – Pesquisa de Mercado para Arranjos Produtivos Locais (R\$ 200.000,00), foi autorizada, por meio da Portaria MDIC nº 51, de 30 de setembro de 2010,. Recursos estes que foram empenhados no dia 13 de dezembro pelo IBICT.

Quanto à execução, o IBICT está finalizando a elaboração da arquitetura do sistema, já se preparando para a inclusão de dados dos primeiros 20 APLs no sistema. As Instituições do GTP APL foram convidadas a se somarem ao projeto, contribuindo com informações para serem disponibilizadas e mesmo com aporte de recursos, de forma que novos módulos poderão ser incluídos futuramente no Sistema, ampliando ainda mais a sua aplicabilidade.

*Quadro A.2.1.7- Execução Orçamentária – Ação 6659- Extensão Industrial Exportadora das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte:*

Exercício	Dotação	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
2010	7.070	2.447	0	0

Fonte: SIGPLAN

*Quadro A.2.1.7.1 – Execução Física e Financeira – Ação 6659*

AÇÃO	EXTENSÃO INDUSTRIAL EXPORTADORA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	6659
Produto:	Empresa Atendida	Unid. Medida:	Unidade
	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)</b>
Físico	5	-	-
Financeiro	R\$ 7.070	R\$ 2.447	<b>35%</b>

Fonte: SIGPLAN

**Principais Resultados:**

Do recurso da LOA 2010, no valor de R\$ 7.070,00 (Sete mil e setenta reais), conforme definido na Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, para a Ação 6659 – Extensão Industrial Exportadora, o Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2010, determinou a **inexistência de Limite de Empenho para a Ação**. Nesse contexto, ficou inviabilizada a instalação de Núcleos Operacionais do PEIEx. .



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

*Quadro A.2.1.8- Execução Orçamentária – Ação 2692 - Fiscalização do Processo Produtivo Básico para Bens de Informática*

Exercício	Dotação	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
2010	49.485	48.745	48.745	48.745

Fonte: SIGPLAN

*Quadro A.2.1.8.1 – Execução Física e Financeira – Ação 2692*

AÇÃO		Fiscalização do Processo Produtivo Básico para Bens de Informática	
<b>Tipo Ação:</b>	Atividade	<b>Código da Ação:</b>	2692
<b>Produto:</b>	Empresa Fiscalizada	<b>Unid. Medida:</b>	Unidade
	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)</b>
<b>Físico</b>	30	29	96,67%
<b>Financeiro</b>	49.485	48.745	98,51%

Fonte: SIGPLAN

*Quadro A.2.1.8.2 – Principais Resultados – Ação 2692*

Percentual	Qte de empresa	Situação	Observação
76%	22	Regular	São casos de empresas que, no dia da fiscalização, não havia indícios de qualquer irregularidade.
0%	0	Regular, porém em vias de cancelamento	São casos de empresas regulares que solicitaram cancelamento ou não investiram em P&D no prazo legal.
17%	5	Regular c/ressalva	Há pendências do tipo: Importação de placas por algum período; a empresa encontra-se, ainda, em processo de adequação ao PPB; a empresa terceirizou parte de sua produção em outra empresa e etc.
7%	2	Irregular	São casos de empresas que não possuem estrutura produtiva para cumprimento do PPB, devendo-se suspender o incentivo fiscal e notificar Receita Federal. E ainda, apesar de ter estrutura produtiva, a empresa não cumpre o PPB de forma integral.
<b>100%</b>	<b>29</b>		

Em relação às empresas irregulares, essas deverão perder os incentivos fiscais concedidos pela Lei de Informática. Adicionalmente, a Secretaria da Receita Federal já foi acionada para verificação dos tributos devidos.

Em 2010, por questões relacionadas à agenda dos servidores, tanto do MDIC como do MCT, as fiscalizações se concentraram no segundo semestre. Para o ano de 2011, a equipe de fiscalização deverá rever sua programação, no sentido de atingir a meta antes do final do ano.

*Quadro A.2.1.9 - Execução Orçamentária – Ação 6672 – Fortalecimento da Imagem do Produto Brasileiro no Mercado Internacional*

Exercício	Dotação	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
2010	300.000	285.631	285.631	285.631

Fonte: SIGPLAN





**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

*Quadro A.2.1.9.1 – Execução Física e Financeira – Ação 6672*

<b>AÇÃO</b>	<b>Fortalecimento da Imagem do Produto Brasileiro no Mercado Internacional</b>		
<b>Tipo Ação:</b>	Atividade	<b>Código da Ação:</b>	6659
<b>Produto:</b>	Campanha realizada	<b>Unid. Medida:</b>	Unidade
	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)</b>
<b>Físico</b>	1	1	100%
<b>Financeiro</b>	300.000	285.631	95,21%

Fonte: SIGPLAN

**Principais Resultados:**

A aplicação de 95,21% do orçamento, representa 100% do limite financeiro aprovado e liberado, que foi compatibilizado com o valor do projeto apresentado. Apoiado o Projeto IF Design – Design Excellence Brazil, obtendo o melhor resultado dos últimos 5 anos no Prêmio iF Product Design Award 2011, conhecido como Oscar do Design Mundial. Foram 23 premiados, destes 2 são empresas de grande porte, 11 de médio e 10 MPE's.

**Análise crítica:**

Em que pese reduzida disponibilidade de recursos que são alocados às ações orçamentárias do programa, os resultados podem ser considerados muito bons, com base na execução das ações não-orçamentárias e no trabalho de articulação desenvolvido pelo MDIC junto às cadeias produtivas, por meio dos Fóruns de Competitividade e/ou de outros instrumentos de articulação público-privada similares. Cabe destacar que os resultados do programa têm uma abrangência muito grande, dada a quantidade e diversidade de cadeias produtivas envolvidas, além das ações desenvolvidas de longo prazo demandarem articulações com diversos atores dos setores produtivos.

As ações orçamentárias contam com recursos quase inexpressivos, se comparados aos valores das ações não-orçamentárias. Contudo, o índice de aproveitamento dos recursos disponibilizados, ou seja, liberados para empenho é de 100%. O quadro abaixo mostra os valores previstos e executados, em relação ao Programa de Competitividade das Cadeias Produtivas, onde se pode observar essa relação:

*Quadro A.2.1.9.2 – Análise Crítica – Ação 6672*

<b>EXERCÍCIO FINANCEIRO</b>	<b>AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS</b>		<b>AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS</b>	
	<b>PREVISTO</b>	<b>EXECUTADO</b>	<b>PREVISTO</b>	<b>EXECUTADO</b>
2010	4.129.055,	3.033.329,	48.009.269.092,	96.227.082.047,

Além do apoio às medidas relacionadas aos Programas para Fortalecer a Competitividade, no âmbito da PDP, o programa 0812 apoiou outras ações, de cunho horizontal, e que concorrem também para o desenvolvimento do setor produtivo.



## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

Para apoio ao *design* brasileiro, em 2010, trabalhou-se na elaboração de documento preliminar com proposta de diretrizes, estratégias e ações para compor a Agenda Nacional Institucional do *Design* para os próximos 4 anos (2011-2014), a ser coordenada pelo Programa Brasileiro do Design (PBD), com vista aos principais temas que se mostram tendência no cenário nacional.

No período de setembro e outubro de 2010, em Curitiba (PR), foi realizada a terceira edição da Bienal Brasileira de Design, com o tema “Design, Inovação e Sustentabilidade”, que contou com mais de 250 mil visitantes.

Instituída, por meio da Lei nº 12.305, de agosto de 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) tem o objetivo de regular a reciclagem e disciplinar o manejo dos resíduos com vistas ao **Desenvolvimento Limpo**.

Entre as ações da Política Nacional de **Mudanças Climáticas** e em consonância com os compromissos firmados pelo governo brasileiro durante a 15ª Conferência das Partes das Nações Unidas (COP 15), em Copenhague, na Dinamarca, de redução de emissões de gases de efeito estufa, até 2020, de 36,1% a 38,9%, será desenvolvido o Plano Setorial de Redução de Emissões da Siderurgia, bem como o Projeto de Modernização da Produção de Carvão Vegetal no Brasil.

Em 2010, e com finalização prevista para 2011, iniciou-se a construção do **Sistema Integrado de Gestão do Conhecimento em APLs**, que deverá permitir o monitoramento e a gestão das informações e dos conhecimentos produzidos/disponíveis pelos APLs, além de promover a interação, facilitada, entre os atores produtivos e institucionais envolvidos nos aglomerados, gerando, assim, negócios entre elas; viabilizará a troca, sistematizada, de informações entre os APLs; e disseminará os resultados de programas ou atividades desenvolvidos regionalmente, bem como as melhores práticas e as lições aprendidas. Enfim, um importante instrumento para a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional.

As ações desenvolvidas, sejam no âmbito da PDP, sejam com base no apoio do programa 0812, resultaram em impactos tangíveis e intangíveis no setor produtivo. Dentre os resultados intangíveis, podemos citar:

- a articulação público-privada, fundamentada no aumento da capacidade de diagnóstico de desafios setoriais e temáticos, no fortalecimento de espaços de negociação para formulação de propostas de ações públicas e/ou privadas;

- a coordenação entre agências de governo que resultou no fortalecimento da capacidade de gestão – geração de informações, monitoramento, identificação e avaliação de ações;

- a articulação com outras políticas públicas, permitindo o compartilhamento de metas e objetivos com programas como o Plano de Ação para Ciência, Tecnologia e Inovação – PACTI, do MCT, Minha Casa, Minha Vida, da Casa Civil, dentre outros;

- a superação da crise econômica mundial de 2008/2009, por meio da coordenação de medidas anticíclicas.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**2.3.2 Execução Física das Ações realizadas pela SDP**

*Quadro A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela SDP*

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
22	661	0812	2768	A	3	Plano Elaborado	8	0	139
22	662	0812	8922	A	3	Ação implementada	2	1	4
22	662	0812	2505	A	3	Iniciativa Implementada	1	1	2
22	661	0419	2374	A	3	Projeto Apoiado	39	44	62
22	661	0419	6659	A	3	Empresa Atendida	5	0	0
22	662	0419	2B14	A	3	APL apoiado	1	3	36
22	125	0411	2692	A	3	Empresa Fiscalizada	30	29	30
23	691	0355	6672	A	3	Campanha Realizada	1	1	1

Fonte: SIGPlan/Relatórios

**OBS:** A meta física prevista para a ação 2768, na proposta orçamentária desta Secretaria foi de 9 Planos Elaborados, porém com a inclusão de emenda parlamentar essa meta foi acrescida em 130 planos.

Em relação a meta física prevista para a ação 2B14, na proposta orçamentária desta Secretaria para 2011 programou-se a execução de 1 projeto de apoio aos APLs da Sóciobiodiversidade da Amazônia.

**Análise crítica**

Os resultados da execução física das ações realizadas diretamente pela SDP, normalmente são impactados pela execução financeira. Em muitos casos, a operacionalização se dá por meio de Convênios e sua execução fica comprometida em razão de atrasos nos repasses dos recursos financeiros.

No ano de 2010, a considerar que o produto da ação 2768 é **Plano Elaborado**, pode-se entender que houve cumprimento da meta, contudo o objeto será executado a partir da liberação do pagamento; isso ocorre em quase todas as ações, senão vejamos:



## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

A meta física estabelecida para a Ação 8922, cujo produto é **Ação Implementada**, da mesma forma, considera-se que houve cumprimento da meta, porém a execução de uma das ações somente será iniciada a partir da liberação do pagamento, inscrito em restos a pagar.

Na ação 2505, o produto também é **Iniciativa Implementada**, sendo que, nesse caso, a execução foi concluída dentro do exercício. Trata-se de ação de apoio ao PBD – Programa Brasileiro do Design, que tem a finalidade de promover a utilização do design como ferramenta estratégica para o aumento da competitividade, objetivando o reconhecimento nacional e internacional do design brasileiro. Nesse ano, o apoio foi destinado à realizada da Bienal do Design, em parceria com o Centro de Design do Paraná.

A meta prevista para a ação 2374 foi considerada como cumprida, haja vista que o produto da ação é Projeto Apoiado e isso se converte, na medida em que se consuma a celebração do instrumento. Em todos os casos, os projetos sugeridos para essa ação são oriundos de emendas parlamentares incluídas no orçamento do MDIC. A descrição da emenda é que define o beneficiário, podendo ser nominalmente identificada ou genérica, sendo essa última definida a “posterior” pelos parlamentares, no caso de emenda de bancada. Além disso, a meta física é dimensionada na origem das emendas parlamentares, ou seja, no Congresso Nacional. De maneira que o Gerente do Programa não tem ingerência sobre os parâmetros pelos quais a meta física é estabelecida.

Na ação 6659, o Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2010, determinou a inexistência de limite de empenho para ação. Dessa forma, foi inviabilizada a instalação dos Núcleos Operacionais no exercício.

Em relação à ação 2B14, os recursos alocados no orçamento e disponibilizados à UJ foram investidos no Projeto **Sistema de Gestão Integrada de Conhecimento em Arranjos Produtivos Locais – Observatório Brasileiro da APLs**. O projeto está sendo executado em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologias (IBICT), e contemplará os seguintes subprojetos: Subprojeto 1: Sistema de Monitoramento de Ações e de Indicadores; Subprojeto 2: Banco de dados nacional de APLs; Subprojeto 3: Mapeamento de APLs; Subprojeto 4: Redes sociais e boas práticas; Subprojeto 5: Aprendendo sobre APLs; Subprojeto 6: Balança comercial dos Estados; Subprojeto 7: Plataforma de divulgação de APLs (com templates); Subprojeto 8: Biblioteca virtual; Subprojeto 9: Mapeamento de projetos internacionais; Subprojeto 10: Mapa das oportunidades de apoio - catálogo virtual dos instrumentos de apoio das instituições do GTP APL e dos Núcleos Estaduais de Apoio aos APLs. O conjunto dessas informações e ferramentas será disponibilizado às Governanças Locais, Núcleos Estaduais e demais instituições governamentais e não-governamentais, e deverá orientar a atuação institucional de todos os envolvidos, possibilitando, efetivamente, a atuação integrada e a reestruturação dos espaços produtivos atendidos.

A ação 2692 tem como produto **Empresa Fiscalizada** e durante o ano de 2010, por questões de agendas dos servidores, tanto do MDIC como do MCT, as fiscalizações se concentraram no segundo semestre, atingindo quase a totalidade da meta proposta.

E, finalmente, no tocante a ação 6672, o MDIC apoiou o Projeto IF Design – Design Excellence Brazil, obtendo o melhor resultado dos últimos 5 anos no Prêmio iF Product Design



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Award 2011, conhecido como Oscar do Design Mundial. Foram 23 premiados, destes 2 são empresas de grande porte, 11 de médio e 10 MPE's.

## **2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro**

### **2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa**

A SDP não é Unidade Orçamentária (UO), não possuindo código SIAFI de Unidade Gestora Orçamentária (UGO).

#### **2.4.1.1 Programação das Despesas Correntes**

A SDP não é Unidade Orçamentária (UO), não possuindo código SIAFI de Unidade Gestora Orçamentária (UGO).

#### **2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital**

A SDP não é Unidade Orçamentária (UO), não possuindo código SIAFI de Unidade Gestora Orçamentária (UGO).

#### **2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas**

A SDP não é Unidade Orçamentária (UO), não possuindo código SIAFI de Unidade Gestora Orçamentária (UGO).

#### **2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**

A SDP não é Unidade Orçamentária (UO), não possuindo código SIAFI de Unidade Gestora Orçamentária (UGO).

## **2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa**

### **2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ**

#### **2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação**

*QUADRO A.2.3 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ  
(valores em R\$ 1,00)*

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
<b>Modalidade de Licitação</b>				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	271.974	341.056	271.974	341.056
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	122.642	8.000	122.642	8.000



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Inexigibilidade				
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos				
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha *	93.849.773	116.615.051	93.849.773	116.615,051
Diárias	207.678	272.578	207.678	272.578
<b>Outros</b>				
Fonte: SIAFI Gerencial – elaboração SPOA/MDIC				

\* A folha de pagamento deste Ministério é centralizada e o montante se refere ao valor consolidado, conforme apresentado no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva, não sendo possível a informação por UJ.

**2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa**

*QUADRO A.2.4 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ (valores em R\$ 1,00)*

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>1-Despesas de Pessoal</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>2-Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3-Outras Despesas Correntes</b>								
1º elemento de despesa	41- 3.029.742	41- 2.089.300	41- 3.029.742	41- 2.089.300	41- 2.556.302	41- 1.712.000	41- 473.440	41- 377.300
2º elemento de despesa	33- 401.549	33- 337.965	33- 401.549	33- 337.965	39- 217.032	33- 20.541	33- 261.931	39- 322.352



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

3º elemento de despesa	39- 227.317	39- 322.352	39- 227.317	39- 322.352	33- 139.618		35- 122.400	33- 317.424
Demais elementos do grupo	414.130.	282.904.	414.130.	282.904.	81.600.		220.415	282.904.

Fonte: SIAFI Gerencial – elaboração SPOA/MDIC

**2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa**

*QUADRO A.2.5 – DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ (valores em R\$ 1,00)*

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>4 – Investimentos</b>								
1º elemento de despesa	42- 5.650.000.	42- 12.564.240.	42- 5.650.000.	42- 12.564.240.	42- 5.650.000.	42- 12.564.240.	42- 4.500.00.	0
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>5 – Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6 – Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial – elaboração SPOA/MDIC

**Análise Crítica:**

No exercício de 2010, foram realizadas mais de 130 ações de capacitação, totalizando o número de 746 servidores capacitados, incluindo ações de aperfeiçoamento de curta, média e longa duração. Foram desenvolvidas diversas ações: realização de turmas fechadas; contratações em turmas abertas; realização de treinamentos fora da sede, com viagens nacionais e internacionais; concessão de Licenças para Capacitação e Licenças para Participação em Curso de Formação, bem como continuidade do programa de Mestrado e do Curso de Idiomas.

Foi atendida uma demanda significativa referente a treinamentos em sistemas informatizados do governo. Entre os cursos na modalidade ‘turma fechada’ e palestras, com Dispensa de Licitação, destacam-se:

- Oficina de Competências Individuais e Setoriais
- Sistema Capacitação do Ministério do Planejamento
- Gestão de Conflitos
- Curso de Oratória
- Curso de Atualização em Língua Portuguesa
- Curso de Atualização em Direito Administrativo – Improbidade Administrativa
- Palestra sobre Ética no Serviço Público
- Palestra de Administração do Tempo

Porém, com referência à contratação do Curso Prático da Legislação de Pessoal da Lei nº 8112/90, na modalidade de turma fechada para o MDIC, ministrado pela instrutora *Vânia Prisca Dias Santiago Cleto*, responsável por assessorar o Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, esta foi a única capacitação realizada por Inexigibilidade de Licitação em 2010.

Quanto à realização de Cursos de Idiomas no ano de 2010, foi mantido o contrato firmado entre o MDIC e a Escola de Idiomas – *InCompany*, contratada por meio de pregão realizado no ano de 2009, cujo gasto em 2010 foi de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), para atendimento de 151 vagas disponibilizadas.

Apesar das diversas ações realizadas durante o exercício de 2010, o nível de execução financeira ficou abaixo do previsto.

O não cumprimento da meta estabelecida deve-se a alguns fatores, a saber:





**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

- A dificuldade de realização de contratação de cursos acima do valor estipulado com dispensa de licitação – R\$ 8.000,00
- Em virtude da crescente demanda de servidores recém nomeados;
- Ausência de incentivo por parte das chefias, devido à grande demanda de trabalho e à carência de pessoal;
- Inviabilidade de realização de cursos de informática promovidos pelo MDIC, em virtude da desativação do laboratório. No segundo semestre de 2010 foi elaborado Projeto Básico com vistas à realização de processo de licitatório para contratação de cursos de informática, mas ainda não foi atendido; e
- A grande rotatividade de servidores no Serviço de Treinamento e Desenvolvimento – SETDE, durante o ano 2010, prejudicou a continuidade de atividades de Capacitação.

Quanto aos recursos de diárias e passagens destinados a eventos de capacitação fora da sede, visando promover a competências do servidor público que atua em diversas matérias relevantes ao cumprimento da missão do MDIC, foi gasto em 2010 com diárias o valor de R\$ 38.358,98 (trinta e oito mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa e oito centavos) e com passagens o valor de R\$ 24.050,39 (vinte e quatro mil, cinquenta reais e trinta e nove centavos).

No segundo semestre de 2010, o Instituto Euvaldo Lodi - IEL foi contratado para atuar como Agente de Integração, visando ao desenvolvimento de atividades conjuntas para operacionalização do programa continuado de estágio de estudantes neste Ministério, cujo gasto, no citado exercício, foi de R\$ 2.799,30 (dois mil setecentos e noventa e nove reais e trinta centavos).

Com relação a diárias e passagens, cabe ressaltar que, apenas os gastos voltados para capacitação estão sob responsabilidade da Coordenação de Recursos Humanos. O montante principal deste item trata-se de despesas com viagens a serviço.

O estágio da despesa apesar de compreenderem uma seqüência de atividades desenvolvidas, ocorre com maior freqüência situações em que a liquidação seja concomitante com o pagamento. Cabendo acrescentar também que ocorrem circunstâncias idênticas com os restos a pagar não processados e tais eventos facilitam a execução orçamentária.

Não houve modificações significativas na Programação Orçamentária do período. A redução de despesa empenhada em 2010 está relacionada à redução demandada.

#### **2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela SDP por Movimentação**

A SDP não recebeu créditos por movimentação interna ou externa nos exercícios 2009 e 2010.



## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

### 2.4.3 Indicadores Institucionais

O indicador de desempenho para o Programa Competitividade das Cadeias Produtivas é a Taxa de Variação Líquida das Exportações do Setor Industrial, e é calculado de forma individualizada para as cadeias produtivas de Siderurgia, Complexo Eletrônico, Automotivo, Aeroespacial, Bens de Capital, Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, Agroquímica, Plásticos, Indústria Farmacêutica, Madeira e Móveis, Gemas e Jóias, Têxtil e Confecções, Couro e Calçados e Construção Civil. Esse cálculo individualizado se deve às especificidades de cada cadeia produtiva.

O que se pretende medir é a competitividade de cada cadeia produtiva, com base no comportamento de sua exportação, buscando extrair o impacto da taxa de variação cambial. É um indicador de efetividade, pois reflete o impacto das ações do Programa no desempenho das exportações, no âmbito de cada cadeia produtiva.

Sob o ponto de vista da **utilidade**, possibilita verificar o desempenho da indústria brasileira em relação ao resto do mundo. O PPA prevê o atingimento de metas, com um valor esperado de variação. Essa projeção pode, por diversos fatores macroeconômicos, não ser atingida. Como a taxa é calculada, também, de forma individualizada para as 14 cadeias produtivas, é possível identificar quais setores necessitam maior atenção por parte dos gestores do programa.

No que se refere à **mensuração**, o indicador é obtido a partir da seguinte fórmula:

$A/B$ , onde  $A$  = taxa de variação média do valor em dólar das exportações da cadeia produtiva da cadeia considerada e  $B$  = módulo da taxa de variação média do câmbio do real com o dólar americano.

- Cálculo de  $A$ :  $X$  = total anual de exportações da cadeia produtiva considerada no ano atual;  $E$  = total anual de exportações em dólares da cadeia produtiva considerada, no ano imediatamente anterior;  $A = (X - E)/E$ .

- Cálculo de  $B$ :  $T$  = Ptax (BACEN) média do ano atual;  $C$  = Ptax (BACEN) média do ano imediatamente anterior;  $B = (T-C)$ .

- Se  $B < 0$ , fazer  $B = -1 * B$  (em outras palavras,  $B$  será sempre positivo).

A Secretaria do Desenvolvimento da Produção é a responsável pelo cálculo/medição, com base nas fontes SECEX e Banco Central.

### 3.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve ocorrências no período.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

4.1. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios anteriores

Quadro A.4.1 – Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	-	-	-	-
2008	75.000	-	-	75.000
2005	150.000	-	-	150.000
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito/ REINSC.	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	8.644.553	( 1.311.532 )	6.535.389	797.631
2008	3.500.560	( 1.807.123 )	1.387.774	305.662
2007	40.948	( 15.000 )	-	25.948

**Observações:** Fonte: SIAFI / elaboração SPOA/MDIC

**Análise Crítica:**

- **A evolução da estratégia de pagamento dos RAP adotada pela UJ ;**

Os restos a pagar não pagos no exercício subsequente ao de sua inscrição são prorrogados por meio de Decreto e, quanto à estratégia de pagamento adotada por esta unidade, informamos que após levantamento realizado, muitos dos valores inscritos são pagos, outros cancelados e o saldo a pagar de maior relevância pertence às transferências voluntárias na modalidade de convênios, estando em andamento. Informamos também que os pagamentos vêm ocorrendo, na medida em que os apontamentos de liquidação são apresentados.

- **Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência são decorrentes do pagamento do RAP de exercício anteriores;**

Tanto o pagamento quanto o cancelamento de restos a pagar podem ocorrer durante ou no final do exercício financeiro seguinte ao da sua inscrição, porém, não foram observados impactos na gestão financeira de 2010 uma vez que os recursos financeiros são disponibilizados à medida que são solicitados.

- **As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RAP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro;**

A permanência de valores inscritos em Restos a Pagar, se deu por força do Decreto nº 7.418, de 31 de dezembro de 2010 que prorrogou até 30 de abril de 2011 os restos a pagar não processados inscritos em 2007, 2008 e 2009. Além disso, o fato de existir registro no SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2009, em que sua vigência não tenha sido prorrogada, de acordo com o Decreto nº 7.057, de 29 de dezembro de 2009, que autorizou a permanência dos empenhos inscritos em RP não processados.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

- **Os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de RAP;**

Eventos negativos impactantes não foram registrados. No que tange aos eventos positivos, podemos destacar a redução do montante de restos a pagar.

Os pagamentos são realizados conforme a apresentação das faturas, com a aprovação dos gestores dos contratos. Uma das dificuldades em fazer a gestão dos “Restos a Pagar” é, exatamente, a falta de envio das faturas de cobrança e das “Cartas de Quitação” dos fornecedores com o “Nada Consta”, dificultando, desta forma, o cancelamento dos valores inscritos em “Restos a Pagar” com a garantia de que não serão mais cobrados posteriormente.

Não há registro no SIAFI de valores referentes a restos a pagar não processados de exercícios anteriores a 2009, em que sua vigência não tenha sido prorrogada, por meio do Decreto nº 7.057, de 29 de dezembro de 2009, que autorizou a permanência dos empenhos inscritos em RAP.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**5. Informações sobre recursos humanos da SDP**

**5.1 Composição do quadro de servidores ativos**

*Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos da Secretaria do Desenvolvimento da Produção - Situação apurada em 31/12/2010*

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
<b>1 Provimento de cargo efetivo</b>				
<b>1.1 Membros de poder e agentes políticos</b>				
<b>1.2 Servidores de Carreira</b>				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		<b>66</b>	<b>40</b>	<b>5</b>
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				<b>2</b>
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.2.5 Anistiados CLT Dec 6657/08		<b>1</b>		
1.2.6 Exercício externo anistiados CLT-§7º art.93 8112		<b>1</b>	<b>1</b>	
<b>1.3 Servidores com Contratos Temporários</b>				
<b>1.4 Servidores Cedidos ou em Licença</b>				
1.4.1 Cedidos				
1.4.2 Removidos				
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada				



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

1.4.5 Exercício externo anistiados				
1.4.6 Exercício provisório				
<b>2 Provimento de cargo em comissão</b>				
<b>2.1 Cargos Natureza Especial</b>				
<b>2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior</b>				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		<b>18</b>		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		<b>1</b>		<b>1</b>
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas		<b>6</b>		<b>3</b>
2.2.4 Sem vínculo		<b>11</b>		
2.2.5 Aposentado				
1.2.6 Exercício externo anistiados CLT-§7º art.93 8112		<b>1</b>		
<b>2.3 Funções gratificadas</b>				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		<b>15</b>		
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
<b>3 Total</b>		<b>120</b>	<b>41</b>	<b>11</b>

Fonte: SPOA/CGRH



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

*Quadro A.5.1.2 – Metodologia Utilizada*

Metodologia Utilizada:

**Item 1 - Provimento de Cargo Efetivo:** Foram excluídos da contabilização os servidores com cargo em comissão, pois esses foram incluídos na contagem do item 2 - Provimento de Cargo em Comissão;

**1.2 Servidores de Carreira**

1.2.5 – Anistiado CLT: Foi incluído porque pertence a força de trabalho deste Ministério.

1.2.6 – Exercício externo anistiados: Foram incluídos porque pertencem a força de trabalho deste Ministério.

**1.4 – servidores cedidos ou em licença**

Quando os servidores estão na situação funcional de cedidos ou afastados, a vaga passa a pertencer ao RH, que controla a frequência e os prazos de vencimentos.

**Item 2 - Provimento de cargo em comissão**

**2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior**

Observação : Segundo o Decreto nº 7.096 de 4 de fevereiro de 2010, a Estrutura Regimental da SDP conta com 37 DAS, todos ocupados.

**2.3 Funções gratificadas**

2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão: Foram contabilizadas as FG'S aprovadas pelo Decreto nº 7.096 de 4 de fevereiro de 2010, no total de 13 funções, todas ocupadas.

Observação: A lotação efetiva foi obtida da extração de dados realizada no mês de dezembro de 2010 onde a unidade contava com 120 funcionários.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

*Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos da Secretaria do Desenvolvimento da Produção, por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010*

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	29	16	14	6	3
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença					
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	7	8	14	7
2.3. Funções gratificadas			5	9	1

Fonte: SPOA/CGRH





**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

*Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos da Secretaria do Desenvolvimento da Produção, por escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010*

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provedimento de cargo efetivo</b>									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira				1	27	31	3	6	
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença									
<b>2. Provedimento de cargo em comissão</b>									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					3	27	6		1
2.3. Funções gratificadas		1	2	1	8	3			

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SPOA/CGRH



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

### 5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

As informações referentes à composição do quadro de servidores inativos e pensionistas do Ministério são centralizadas na Secretaria – Executiva, não sendo possível obter os dados por UJ.

### 5.3 Composição do quadro de estagiários

*QUADRO A.5.6 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS*

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício  (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	10	10	8	10	
Nível Médio	4	4	4	4	
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>14</b>	<b>569.686</b>

Fonte: SPOA/CGRH

OBS: Os dados financeiros referem-se ao quantitativo geral de estagiários do Ministério, constante do Relatório Consolidado da Secretaria-Executiva, não sendo possível apresentar valores por unidade.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**5.4 Quadro de Custos de Recursos Humanos**

As informações referentes ao custo de recursos humanos do Ministério são centralizadas na Secretaria – Executiva, não sendo possível obter os dados por UJ.

**5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra**

*QUADRO A.5.8 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA*

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação Geral de Recursos Logísticos													
UG/Gestão: 280101/00001							CNPJ: 00478394/0002-24						
Informações sobre contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do contrato	Empresa Contratada CNPJ	Período contratual de execução das atividades		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	V	O	44/2006	Snake Empresa de Segurança Ltda 07.473.476/0001-99	02/10/2006	01/10/2011	x	x	54	66	x	x	P
2009	L	O	23/2009	Servegel Apoio Administração e Suporte Ltda 01.608.603/0001-33	17/10/2009	16/10/2011	62	62	x	x	x	x	P
2009	L	O	74/2009	Apecê Serviços Gerais Ltda 00.087.163/0001-53	31/12/2009	30/12/2011	6	6	x	x	x	x	P
Observação: Contrato 23/2009, nível de escolaridade não exigida. Fonte: SPOA/CGRL													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio, (S) Ensino Superior													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada													



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Para compreensão da análise, os dados expressos nos quadros A.5.8, A.5.9 evidenciam as informações que apreciam as Unidades Administrativas: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA; Secretaria de Comércio Exterior – SECEX; Secretaria de Comércio e Serviços – SCS; Secretaria de Desenvolvimento da Produção – SDP; Secretaria Executiva - SE e Secretaria de Tecnologia Industrial- STI, evento decorrente de análise de relatórios emitidos pelos gestores desses contratos e expressam as informações de modo global, não sendo possível sua apresentação por UJ.

*QUADRO A.5.9 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA*

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação Geral de Recursos Logísticos													
UG/Gestão: 280101/00001							CNPJ: 00.394.478/0002-24						
Informações sobre contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do contrato	Empresa Contratada CNPJ	Período contratual de execução da atividades		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	05/2009	Brasfort Administração e Serviços Ltda 36.770.857/0001-38	17/07/2009	15/07/2011	140	75	172	99	x	x	P
2010	9	O	38/2010	Araújo, Junqueira & Cia. Ltda 07.855.231/0001-26	27/04/2010	26/04/2011	x	x	47	33	x	x	A
2010	9	O	74/2010	Seter Serviços e Terceirização 10.704.092/0001-44	01/10/2010	30/09/2011	16	16	x	x	x	x	A
2009	4	O	59/2009	Delta Engenharia Indústria e Comércio 00.077.362/0001-80	12/11/2009	10/11/2011	x	x	30	30	x	x	P
2009	5	O	14/2009	Bratene Engenharia 37.990.264/0001-44	02/04/2009	31/03/2011	x	x	8	8	x	x	P
2009	8	O	32/2009	Snake Empresa de Segurança 07.473.476/0001-99	23/06/2009	21/06/2011	x	x	4	4	x	x	P
2006	8	O	44/2006	Snake Empresa de Segurança 07.473.476/0001-99	03/10/2009	01/10/2011	x	x	66	66	x	x	P



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

2006	5	O	64/2006	Brasfort Administração e Serviços Ltda 36.770.857/0001- 38	03/12/2006	30/11/2011	x	x	20	20	x	x	P
2008	2	O	25/2008	Interativa Dedetização Higienização e Conservação Ltda 05.058.935/0001- 42	02/07/2008	30/06/2011	1	1	x	x	x	x	P
2009	3	O	29/2009	Monte Sinai 06.948.355/0001- 93	27/05/2009	25/05/2011	59	59	x	x	x	x	P
2009	7	O	74/2009	Apecê Serviços Gerais Ltda 00.087.163/0001- 53	31/12/2009	30/12/2011	6	6	x	x	x	x	P
2009	7	O	23/2009	Servegel Apoio Administrativo e Suporte Operacional 01.608.603/0001- 33	17/10/2009	16/10/2011	62	62	x	x	x	x	P
2009	9	O	16/2009	Transportadora Fiúza e Santos Ltda 04.824.922/0001- 74	24/04/2009	23/04/2011	x	x	5	5	x	x	P
2010	9	O	59/2010	C&P Soluções em Telemarketing 09.267.699/0001- 25	04/08/2010	23/05/2011	x	x	18	11	x	x	A
2010	9	O	90/2010	Modern Service Locação de Mão- de-obra Ltda 08.594.305/0001- 80	02/12/2010	01/12/2011	x	x	10	10	x	x	A
2010	9	O	94/2010	GVP Autolocadora e Serviços Ltda 08.466.488/0001- 59	17/12/2010	16/12/2011	x	x	10	10	x	x	A
2009	9	O	45/2009	System Teleinformática 00.404.317/0001- 93	28/08/2009	28/08/2011	x	x	6	5	x	x	P

**Observação:** Contrato 05/2009 é remanescente, por isso não será renovado. O Contrato 59/2010 é remanescente, por isso não compreende 12 meses de validade.

Fonte: SPOA/CGRL

**LEGENDA**

**Área:**



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis
5. Serviços de Brigada de Incêndio
6. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes
7. Higiene e Limpeza
8. Vigilância Ostensiva
9. Outras

*QUADRO A.5.10 DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA*

Identificação do Contrato	Área	Quantidade	Unidade Administrativa				
05/2009	1	13	SDP				
<b>LEGENDA</b>							
Área:							
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional							
2. Manutenção e Conservação de Bens Móveis							
3. Serviços de Copa e Cozinha							
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis							
5. Serviços de Brigada de Incêndio							
6. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes							
7. Higiene e Limpeza							
8. Vigilância Ostensiva							
9. Outras							
Identificação do Contrato	Área	Quantidade Total de Contratações	Quantidade da SE	Quantidade da SECEX	Quantidade da SCS	Quantidade da SDP	Quantidade da SI
44/2006	8	66	53	0	13	0	0
23/2009	7	62	36	13	13	0	0
74/2009	7	6	6	0	0	0	0
05/2009	1	174	88	42	26	13	5
38/2010	9	33	10	0	23	0	0
74/2010	9	16	16	0	0	0	0
59/2009	4	30	25	0	5	0	0
14/2009	5	8	7	0	1	0	0
32/2009	8	4	4	0	0	0	0
64/2006	5	20	11	0	9	0	0
25/2008	2	1	1	0	0	0	0
29/2009	3	59	39	11	9	0	0
16/2009	9	5	5	0	0	0	0
59/2010	9	11	9	2	0	0	0
90/2010	9	10	08	0	0	0	0
94/2010	9	10	10	0	0	0	0
45/2009	9	5	5	0	0	0	0

Fonte: SPOA/CGRL



## **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Os dados divulgados no quadro A.5.10, demonstram as informações de contratações que apreciam além da unidade administrativa Secretaria Executiva – SE, as outras unidades tais como: Secretaria de Comércio Exterior – SECEX; Secretaria de Comércio e Serviços – SCS; Secretaria de Desenvolvimento da Produção – SDP e Secretaria de Inovação- SI, evento decorrente de análise de relatórios emitidos pelos gestores desses contratos que expressam as informações do quantitativo de prestadores de modo global e também desmembrados para as contratações passíveis de fracionamento. Cabe acrescentar que o quantitativo de prestadores alocados na unidade SE também atuam nas outras unidades, não sendo possível o desmembramento por UJ, pois encontram-se instalados na sede do MDIC prestando serviços nas unidades conforme demanda.

### **5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos**

As informações referentes a Indicadores Gerenciais sobre RH do Ministério são centralizadas na Secretaria – Executiva, não sendo possível obter os dados por UJ.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**6. Informações sobre transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos**

**6.1 Transferências efetuadas no exercício**

**6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010**

*QUADRO A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência*

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>									
<b>Nome:</b> Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC									
CNPJ: 00.394.478/0002-24					UG/GESTÃO: 280104/00001				
<b>Informações sobre as transferências</b>									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	596171	15.244.114/0001-54	123.000,00	38.000,00	0,00	85.000,00	29/11/2007	28/05/2010	1
1	596448	15.244.114/0001-54	116.000,00	36.000,00	0,00	80.000,00	04/12/2007	03/06/2010	1
1	603139	01.269.984/0001-73	145.940,00	35.940,00	0,00	110.000,00	21/12/2007	20/02/2010	1
1	605632	05.872.278/0001-72	515.000,00	15.000,00	0,00	500.000,00	27/12/2007	26/03/2010	1
1	610997	87.366.159/0001-02	245.949,00	127.568,00	0,00	158.000,00	31/12/2007	30/04/2011	1
1	702244	76.205.681/0001-96	126.321,00	6.321,00	0,00	120.000,00	31/12/2008	31/12/2011	1
1	702379	95.589.289/0001-32	126.316,80	6.316,80	0,00	120.000,00	31/12/2008	20/01/2011	1
1	701262	15.244.114/0001-54	595.492,50	175.492,50	290.000,00	420.000,00	31/12/2008	30/06/2011	1
1	702245	07.084.577/0001-78	405.300,00	165.300,00	47.700,00	240.000,00	31/12/2008	01/04/2011	1
1	702384	07.084.577/0001-78	533.120,00	113.120,00	310.000,00	420.000,00	31/12/2008	04/04/2011	1
1	702235	92.998.947/0001-51	371.860,00	131.860,00	0,00	161.180,00	31/12/2008	04/08/2010	1
1	702224	76.205.970/0001-95	204.886,28	64.886,28	0,00	140.000,00	31/12/2008	12/10/2011	1
1	702417	03.119.126/0001-78	333.340,00	33.340,00	0,00	300.000,00	31/12/2008	02/02/2010	1
1	702416	05.421.267/0001-76	561.100,00	141.100,00	280.000,00	420.000,00	31/12/2008	11/03/2011	1
1	702243	87.410.445/0001-28	167.000,00	17.000,00	0,00	75.000,00	31/12/2008	30/06/2010	1
1	702655	07.303.781/0001-32	166.660,00	16.666,00	0,00	149.994,00	31/12/2008	02/09/2011	1
1	702383	11.000.361/0001-54	579.380,00	159.380,00	0,00	158.778,00	31/12/2008	04/04/2011	1





**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

1	702238	78.198.975/0001-63	155.700,00	25.700,00	0,00	130.000,00	31/12/2008	20/06/2011	1
1	702780	03.438.229/0001-09	857.331,00	353.971,00	358.619,00	503.360,00	31/12/2008	31/12/2010	1
1	702382	17.422.056/0001-37	486.202,40	66.202,40	101.455,00	420.000,00	31/12/2008	03/12/2010	1
1	702380	76.282.664/0001-52	154.640,04	4.604,04	0,00	150.000,00	31/12/2008	02/05/2011	1
1	702240	02.728.155/0001-74	166.670,00	16.670,00	0,00	150.000,00	31/12/2008	14/07/2010	1
1	704756	03.119.126/0001-78	591.800,00	118.360,00	0,00	473.440,00	15/09/2009	14/07/2010	1
1	715396	33.402.892/0001-06	557.665,00	111.630,00	0,00	446.035,00	23/12/2009	23/07/2010	1
1	719497	75.924.290/0001-69	103.700,00	3.700,00	100.000,00	100.000,00	31/12/2009	13/07/2011	1
1	719512	76.205.962/0001-49	275.403,61	75.403,61	200.000,00	200.000,00	31/12/2009	13/07/2011	1
1	719966	01.614.415/0001-18	120.700,00	20.700,00	100.000,00	100.000,00	31/12/2009	30/12/2011	1
1	720021	76.978.881/0001-81	145.000,00	5.000,00	140.000,00	140.000,00	31/12/2009	12/07/2011	1



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

1	720050	95.583.597/0001-53	160.700,00	10.700,00	150.000,00	150.000,00	31/12/2009	12/07/2011	1
1	720196	01.612.443/0001-04	157.500,00	7.500,00	150.000,00	150.000,00	31/12/2009	13/07/2011	1
1	720191	87.612.818/0001-43	206.000,00	6.000,00	200.000,00	200.000,00	31/12/2009	12/07/2011	1
1	720219	95.585.444/0001-42	150.017,50	50.017,50	100.000,00	100.000,00	31/12/2009	30/12/2011	1
1	720242	76.245.059/0001-01	143.500,00	3.500,00	140.000,00	140.000,00	31/12/2009	12/07/2011	1
1	720218	76.282.698/0001-47	145.600,00	5.600,00	140.000,00	140.000,00	31/12/2009	13/07/2011	1
1	720333	75.771.261/0001-04	142.860,00	2.860,00	140.000,00	140.000,00	31/12/2009	12/07/2011	1
1	720524	76.208.495/0001-00	145.500,00	5.500,00	140.000,00	140.000,00	30/12/2009	31/12/2011	1
1	720288	76.208.842/0001-03	310.000,00	10.000,00	300.000,00	300.000,00	31/12/2009	30/12/2011	1
1	722090	78.279.981/0001-45	306.140,00	6.140,00	300.000,00	300.000,00	30/12/2009	12/07/2011	1
1	722028	76.950.039/0001-31	178.656,92	18.656,92	160.000,00	160.000,00	31/12/2009	13/07/2011	1
1	722396	18.715.433/0001-99	360.000,00	60.000,00	300.000,00	300.000,00	31/12/2009	30/12/2011	1
1	726113	23.804.149/0001-29	861.010,00	261.010,00	600.000,00	600.000,00	31/12/2009	28/05/2013	1
1	722840	18.677.625/0001-58	510.205,00	10.205,00	500.000,00	500.000,00	31/12/2009	13/07/2011	1
1	722874	42.429.480/0001-50	289.368,75	57.873,75	120.330,00	120.330,00	31/12/2009	28/03/2011	1
1	722857	09.139.551/0001-05	527.878,76	132.050,00	203.949,40	203.949,40	31/12/2009	26/12/2011	1
1	722863	84.714.682/0001-94	580.280,64	160.280,64	220.000,00	220.000,00	31/12/2009	01/07/2011	1
1	722879	04.109.447/0001-54	573.820,00	178.000,00	201.340,00	201.340,00	31/12/2009	25/05/2011	1
1	724484	33.402.892/0001-06	736.200,00	153.000,00	583.200,00	0,00	31/12/2009	16/06/2011	1
1	724423	75.788.349/0001-39	143.000,00	3.000,00	140.000,00	140.000,00	31/12/2009	30/12/2011	1
1	728751	25.107.525/0001-51	520.833,33	20.833,33	500.000,00	500.000,00	31/12/2009	02/01/2012	1
1	728795	62.673.454/0001-80	602.355,20	120.780,00	481.575,00	481.575,00	31/12/2009	30/11/2012	1
1	750648	53.415.717/0001-60	220.000,00	20.000,00	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	755164	76.244.961/0001-03	515.000,00	15.000,00	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	744099	28.645.760/0001-75	205.000,00	5.000,00	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

1	745405	75.845.545/0001-06	408.163,27	8.163,27	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	745447	76.205.665/0001-01	160.000,00	10.000,00	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	745398	78.113.834/0001-09	154.000,00	4.000,00	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	745458	75.969.667/0001-04	306.500,00	6.500,00	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	746460	11.097.391/0001-20	319.760,12	19.760,12	0,00	0,00	29/12/2010	29/12/2011	1
1	746487	72.836.588/0001-29	102.498,60	2.498,60	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	746507	46.248.837/0001-55	326.915,84	126.915,84	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	746515	78.600.491/0001-07	204.150,00	4.150,00	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	746542	11.097.391/0001-20	319.760,12	19.760,12	0,00	0,00	29/12/2010	29/12/2011	1
1	746614	45.307.980/0001-08	331.990,00	31.990,00	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	746645	78.121.963/0001-68	259.378,89	59.378,89	0,00	0,00	29/12/2010	29/12/2011	1
1	748557	03.119.126/0001-78	348.520,00	71.220,00	277.300,00	277.300,00	08/11/2010	08/08/2011	1
1	749136	03.119.126/0001-78	333.120,00	34.400,00	298.720,00	298.720,00	14/09/2010	14/01/2011	1
1	750083	31.244.163/0001-43	136.480,00	36.480,00	100.000,00	100.000,00	07/12/2010	07/12/2012	1
1	750945	01.613.940/0001-19	257.826,53	5.156,53	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	750967	01.131.713/0001-57	423.551,02	8.471,02	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	750971	01.135.904/0001-97	257.826,53	5.156,53	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2011	1
1	751727	01.157.536/0001-88	423.551,02	8.471,02	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	1
1	751716	00.006.874/0001-56	257.826,53	5.156,53	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2011	1
1	751194	24.850.216/0001-04	257.826,53	5.156,53	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	1
1	751124	02.506.012/0001-18	257.826,53	5.156,53	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	751414	01.005.917/0001-41	423.551,02	8.471,02	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	1
1	751374	01.219.807/0001-82	423.551,02	8.471,02	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	1
01	751252	01.135.409/0001-88	257.826,53	5.156,53	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	1
1	751123	26.867.770/0001-20	257.826,53	5.156,53	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	751198	01.105.626/0001-25	423.551,02	8.471,02	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	1
1	752590	01.005.727/0001-24	432.375,00	17.295,00	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	1
1	751964	01.123.678/0001-24	257.826,53	5.156,53	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	1
1	751857	01.291.707/0001-67	423.551,02	8.471,02	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	1
1	751985	01.067.479/0001-46	432.375,00	17.295,00	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	1
1	751958	01.067.164/0001-07	257.826,53	5.156,53	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	1
1	751803	59.754.648/0001-04	125.000,00	25.000,00	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	751898	63.893.929/0001-07	148.642,04	3.642,04	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

1	751776	07.200.966/0001-11	1.646.520,00	296.520,00	0,00	0,00	29/12/2010	29/12/2011	1
1	752096	00.005.959/0001-10	257.826,53	5.156,53	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	1
1	752253	01.791.276/0001-06	319.244,90	6.384,90	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	1
1	752095	02.267.698/0001-31	257.826,53	5.156,53	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	1
1	752057	01.298.975/0001-00	423.551,02	8.471,02	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	1
1	752158	04.215.377/0001-19	257.826,53	5.156,53	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	752199	01.153.030/0001-09	423.551,02	8.471,02	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	1
1	752125	02.262.368/0001-53	319.244,90	6.384,90	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2011	1
1	752093	01.067.248/0001-32	257.826,53	5.156,53	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	1
1	752154	02.321.115/0001-03	257.826,53	5.156,53	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	1
1	753267	02.264.166/0001-40	257.826,53	5.156,53	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	1
1	753268	01.067073/0001-63	257.826,53	5.156,53	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	1

**LEGENDA**

**Modalidade:**

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

**Situação da Transferência:**

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

**Fonte:** SPOA/CGRL



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios**

*Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios*

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC						
CNPJ: 00.394.478/0002-24						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	18	29	48	1.387.774	6.310.394	676.020
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Parceria	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>18</b>	<b>29</b>	<b>48</b>	<b>1.387.774</b>	<b>6.310.394</b>	<b>676.020</b>

Fonte: SPOA/CGRL

**6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes**

*Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes*

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC					
CNPJ: 00.394.478/0002-24					
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010*
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	86	25.534.243	9.999.201	15.535.042,56	39%
Contrato de Repasse	0	-	-		
Termo de Parceria	0	-	-		
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso	0	-	-		
<b>Totais</b>	<b>86</b>	<b>25.534.243</b>	<b>9.999.201</b>	<b>15.535.042,56</b>	<b>39%</b>

Fonte: SPOA/CGRL



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**6.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse**

*QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE (VALORES EM R\$ 1,00)*

<b>Unidade Concedente</b>					
<b>Nome:</b> Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC					
<b>CNPJ:</b> 00.394.478/0002-24			<b>UG/GESTÃO:</b> 280101 / 00001		
<b>Exercício da prestação de contas</b>	<b>Quantitativos e montante repassados</b>		<b>Instrumentos</b> (Quantidade e Montante Repassado)		
			<b>Convênios</b>	<b>Contratos de Repasse</b>	
<b>2010</b>	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		1	x
		Montante Repassado		298.720,00	x
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	0	x
			Montante Repassado (R\$)	0,00	x
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	x
			Montante Repassado (R\$)	0,00	x
<b>2009</b>	Contas prestadas	Quantidade	3	x	
		Montante Repassado (R\$)	1.069.475,00	x	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	2	x	
		Montante Repassado (R\$)	853.200,00	x	
<b>2008</b>	Contas prestadas	Quantidade	12	x	
		Montante Repassado (R\$)	2.167.408,00	x	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	3	x	
		Montante Repassado (R\$)	1.623.359,00	x	
<b>Anteriores a 2008</b>	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	x	
		Montante Repassado (R\$)	0,00	x	

Fonte: SPOA/CGRL

**OBS:** As informações sobre prestação de contas estão agrupadas e foram consolidadas na SPOA/CGRL, que é a unidade gestora das ações executadas pela SDP. Assim, não é possível obter a informação sobre as transferência relacionadas a esta SDP, devendo ser lançada na Prestação de contas apresentada pela Secretaria Executiva deste Ministério.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse**

*QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE (VALORES EM R\$ 1,00)*

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC					
CNPJ: 00.394.478/0002-24			UG/GESTÃO: 280101 / 00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos		
			Convênios	Contratos de Repasse	
<b>2010</b>	Quantidade de contas prestadas		15	x	
	Com prazo de análise ainda <b>não vencido</b>	Quantidade	4	x	
		Montante repassado (R\$)	1.923.359,00	x	
	Com prazo de análise <b>vencido</b>	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	x
			Quantidade Reprovada	1	x
			Quantidade de TCE	1	x
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	11	x
		Montante repassado (R\$)	2.651.855,00	x	
<b>2009</b>	Quantidade de contas prestadas		45	x	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	5	x	
		Quantidade Reprovada	1	x	
		Quantidade de TCE	0	x	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	45	x	
Montante repassado (R\$)		7.995.541,00	x		
<b>2008</b>	Quantidade de contas prestadas		10	x	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1	x	
		Quantidade Reprovada	1	x	
		Quantidade de TCE	1	x	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	10	x	
Montante repassado		2.138.840,00	x		
<b>Exercícios anteriores a 2008</b>	Contas NÃO analisadas	Quantidade	1	x	
		Montante repassado	1.375.305,00	x	

Fonte: SPOA/CGRL

**OBS:** As informações sobre prestação de contas estão agrupadas e foram consolidadas na SPOA/CGRL, que é a unidade gestora das ações executadas pela SDP. Assim, não é possível obter a informação sobre as transferências relacionadas a esta SDP, devendo ser lançada na Prestação de contas apresentada pela Secretaria Executiva deste Ministério.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

## 6.2 Análise Crítica

• A situação das transferências efetuadas no exercício frente às disposições contidas no art. 35 do Decreto nº 93.872/86 e àquelas contidas no art 12, §1º do Decreto nº 6.752/2009 são rigorosamente observadas.

• As transferências efetuadas nos exercícios de 2008 e 2009, em relação ao exercício de 2007, apresentaram redução de quantitativo e volume de recursos, voltando a evoluir, em quantitativo e volume de recursos no exercício de 2010.

• Para gerir as transferências no exercício de 2011, incluiu-se cláusula específica nos termos de convênio, versando sobre a forma de acompanhamento e fiscalização. Ao mesmo tempo em que se exige dos convenientes, apresentação de relatórios de execução e prestação de contas parcial.

• Quanto à conformidade das análises de prestações de contas com os prazos regulamentares e a disponibilidade de recursos humanos e materiais, é de se esclarecer que a quantidade de passivos de convênios na situação **a aprovar** decorre de reduzida força de trabalho alocada na unidade.

• Em parte, essa deficiência vem sendo sanada, com a nomeação de servidores remanescentes do concurso público realizado em dezembro de 2009.

• Há de se ressaltar que, o exame das prestações de contas finais concorrem, não só com a análise das prestações de contas parciais, mas também com os procedimentos de formalização de novos convênios, acordos e termos de cooperação, bem como termos aditivos.

• Quanto às vistorias in loco, estas são realizadas pelas respectivas áreas técnicas e ocorrem durante e/ou ao término da vigência, em consonância com a exigência do objeto pactuado.

## 7.1. Informações sobre o sistema de controle interno da SDP

*Quadro A.7.1 - Estrutura de Controles Internos da SDP*

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados					x





**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

pela UJ.					
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					<b>x</b>
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					<b>x</b>
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			<b>x</b>		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				<b>x</b>	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			<b>x</b>		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				<b>x</b>	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	<b>x</b>				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					<b>x</b>
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					<b>x</b>
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				<b>x</b>	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				<b>x</b>	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				<b>x</b>	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				<b>x</b>	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					<b>x</b>
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					<b>x</b>
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					<b>x</b>
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					<b>x</b>
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				<b>x</b>	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				<b>x</b>	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				<b>x</b>	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				<b>x</b>	
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**(5) Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

**8.1. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras**

*Quadro A.10.1– Gestão ambiental e licitações sustentáveis.*

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	x				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	x				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	x				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	x				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	x				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	x				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	x				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	x				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	x				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	x				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					x
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Campanha efetuada no âmbito do Ministério (Agenda Ambiental) por meio da Intranet e e-mails.				x	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha				x	



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

(palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Campanha efetuada no âmbito do Ministério (Agenda Ambiental) por meio da Intranet, e-mails e palestras.					
<b>LEGENDA</b> <b>Níveis de Avaliação:</b> <b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. <b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. <b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. <b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. <b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

**9.1 Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da SDP, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros**

Não há gestão desta Secretaria sobre bens imóveis.

**10.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da SDP**

*Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ*

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	x				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	x				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	x				
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	x				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	x				
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	x				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				x	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	x				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	x				
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	x				
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	x				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	x				
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

### 11.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

*Quadro A 14.1- Renúncias Tributárias sob gestão da UJ*

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
Imposto (IPI)	Lei nº 9440, de 14 de março de 1997; Dec. 3893, de 22 de agosto de 2001; Dec. 5710, de 24 de fevereiro de 2006 e Lei nº 11.434, de 28 de dezembro de 2006, Lei nº 12.218, de 30 de março de 2010, Decreto nº 7389, de 09 de dezembro de 2010, MP 512, de 25 de novembro de 2010 e Decreto nº 7422, de 31 de dezembro de 2010	Crédito Presumido do IPI	<b>Lei nº 9.440 -</b> Contribuir para instalação de unidades da indústria automotiva, fomentar o desenvolvimento regional, o aumento do nível de emprego e a descentralização industrial no Brasil.	Implantação dos projetos no prazo máximo de 42 meses, contado da data de sua aprovação.	2020	Realização de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica na região, correspondente a, no mínimo, 10% do valor do benefício.
Imposto (IPI)	Lei nº 9826, de 23 de agosto de 1999, Lei nº 12.218, de 30 de março de 2010, MP 512, de 25 de novembro de		<b>Lei nº 9.826 -</b> Instituir mecanismos que permitam a ampliação do parque industrial do País, notadamente em regiões geográficas menos favorecidas, atraindo	Implantação dos projetos no prazo máximo de 42 meses, contado da data de sua aprovação.	2015	Realização de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica na região, correspondente a, no mínimo, 10%



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

	2010 e Decreto nº 7422, de 31 de dezembro de 2010		investimentos externos, bem como a melhoria da capacidade das empresas competir no mercado internacional, ampliando o horizonte de atuação e, por consequência, as exportações brasileiras, buscando o equilíbrio das contas públicas e do aumento do emprego.			do valor do benefício.
--	---	--	--	--	--	------------------------

Fonte: CAO, MMC, FORD Motor Company, TCA Componentes Automotivos e Baterias Moura

### 11.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

*Quadro A 14.2- Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida*

	2008		2009		2010	
	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo
<b>Renúncia</b>	1.120.000	1.300.782,28	1.357.256,70	1.185.911,20	1.357.256,70	1.098.876,09
<b>Contrapartida</b>				2.158.154,50		
<b>Medidas de Compensação</b>						

Fonte: CAO, MMC, FORD Motor Company, TCA Componentes Automotivos e Baterias Moura

### 11.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

*Quadro A 14.4- Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas*

UF	2008		2009		2010	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
<b>BA</b>	1	911.013,30	1	848.448,10	1	821.949,54
<b>CE</b>	1	2.416,50	1	5.914,60	1	5.618,87
<b>GO</b>	2	345.815,60	2	283.800,30	2	300.828,32
<b>PE</b>	2	41.536,88	2	47.748,20	2	54.033,48
<b>Σ</b>	-	-	-	-		

Fonte: CAO, MMC, FORD Motor Company, TCA Componentes Automotivos e Baterias Moura



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**11.4 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídicas**

Não há registro de Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoa Física

*QUADRO A 14.6 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS*

UF	2008		2009		2010	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
BA	1	911.013,30	1	848.448,10	1	821.949,54
CE	1	2.416,50	1	5.914,60	1	5.618,87
GO	2	345.815,60	2	283.800,30	2	300.828,32
PE	2	41.536,88	2	47.748,20	2	54.033,48
Σ	-	-	-	-	-	-

Fonte: CAO, MMC, FORD Motor Company, TCA Componentes Automotivos e Baterias Moura

**11.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida da Renúncia de Receita Tributária**

Não existe Programa orçamentário neste MDIC

**11.6 Prestação de Contas de Renúncia de Receitas**

Não se aplica

**11.7 Comunicações à RFB**

Não houve ocorrência

**11.8 Indicadores de Gestão de Renúncia de Receitas**

Não há registro



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**11.9 Declaração do Gestor**

**DECLARAÇÃO**

Eu, Heloisa Regina Guimarães de Menezes, CPF nº 618.217.646-68, Secretária do Desenvolvimento da Produção, declaro para os devidos fins, que na concessão e na renovação do benefício tributário previsto nas Leis nº 9.440/1997 e nº 9.826/1999, foi verificada a situação de regularidade dos beneficiários com relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – e à Seguridade Social, em consonância com o disposto na Constituição Federal, art. 195, § 3º; na Lei nº 9.069/1995, art. 60; na Lei nº 8.036/1990, art. 27, alínea “c”; e na Lei nº 8.212/1991, art. 47, inciso I, alínea “a”.

Brasília, 30 de março de 2011.

**Heloisa Regina Guimarães de Menezes**  
CPF nº 618.217.646-68  
Secretária do Desenvolvimento da Produção



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**11.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB**

Não houve ocorrência

**12.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício**

Não houve ocorrência

**12.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício**

Não houve ocorrência

**12.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício**

Não houve ocorrência

**12.4 Recomendações do OCI pendente de atendimento no exercício**

Não houve ocorrência

**13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal**

Não se aplica à natureza desta Unidade. As informações serão apresentadas no relatório consolidado da Secretaria-Executiva deste Ministério.





**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**ANEXOS**

**DECLARAÇÃO**

Declaro que as informações constantes do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG se encontram regulares e atualizadas. Informo que ainda não foram realizados lançamentos de informações no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV já que o convênio vigente foi registrado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI antes da obrigatoriedade de registro no SICONV.

**DAEL PROFETA DOS REIS**

Coordenador-Geral Recursos Humanos/SPOA/SE/MDIC  
CPF: 057.278.391-49



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**DECLARAÇÃO**

Declaro, para os devidos fins, que os servidores da Secretaria do Desenvolvimento da Produção cumpriram com as obrigações contidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, com as respectivas Declarações de Bens e Rendas, exercício 2010, ano base 2009, e, atendendo a Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010.

Brasília, de março de 2011.

**DAEL PROFETA DOS REIS**

Coordenador-Geral de Recursos Humanos/SPOA/SE/MDIC  
057.278.391-49



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS**

**DECLARAÇÃO**

Declaro que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contrato de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.

Brasília, 15 de março de 2011.

**CÍCERA TEREZINHA DA S. MARQUES**  
Coordenadora-Geral de Recursos Logísticos  
Substituta  
CPF: 471.905.741-15



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**Secretaria Executiva  
Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração  
Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças  
Coordenação de Contabilidade**

**DECLARAÇÃO DO CONTADOR**

**DECLARAÇÃO PLENA**

**Unidade Gestora Responsável — UGR:** Secretaria do Desenvolvimento da Produção - SDP

**Código da UG:** 280109 - **Gestão:** 00001

Declaro que as informações relativas à execução da Unidade Gestora Responsável, Secretaria do Desenvolvimento da Produção - SDP, integram os demonstrativos contábeis do sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei 4.320, de 17 de março de 1964), e constam das demonstrações contábeis das Unidades Gestoras Executoras 280102 - Coordenação - Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças, 280101 - Coordenação - Geral de Recursos Logísticos e 280104 - Coordenação - Geral de Recursos Humanos e refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial, consolidados no Processo de Tomada de Contas da Unidade Jurisdicionada, Secretaria Executiva.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

**GECILENE RIBEIRO COELHO**

Coordenadora  
CRC - 6074-DF

Brasília, 26 de fevereiro de 2011.